

PORTUGAL DEMOCRATICO

REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2 — ANO V — N.º 51 — SÃO PAULO, AGOSTO DE 1961 — CAIXA POSTAL N.º 4.469

SALAZAR: O ANTI-PORTUGAL

THE OBSERVER, SUNDAY, JULY 2, 1961



UM ANUNCIO UMA FOTO UMA CRONICA

O anúncio publicado em julho no jornal "The Observer", de Londres, é de uma instituição religiosa pedindo donativos, roupas, alimentos, para os refugiados angolanos à mingua de recursos, no sul do Congo. Quase cem mil.

A fotografia, publicada na mesma edição do mesmo jornal (e que reproduzimos nesta página) mostra-nos, segundo a legenda, que a acompanha, um grupo de civis angolanos presos, pelas tropas portuguesas e aguardando o interrogatório.

Quer isto dizer que estão na miséria e à mercê de caridade internacional, velhos, mulheres e crianças indefesos, cidadão angolanos, que o terror afugentou para solo estrangeiro, abandonando as terras de lavoura e as casas, que vão sendo destruídas pelas bombas de napalm lançadas de

aviões portugueses em cujas asas está pintada, supremo escárnio, a Cruz de Cristo.

Quer isto dizer que cidadãos pacíficos, desarmados, são arrancados violentamente de seus lares, as mãos amarradas atrás das costas, e atados com cordas uns aos outros como animais, e, depois sujeitos a toda a sorte de violências para que denunciem o esconderijo de seus pais, irmãos, parentes, amigos, que lutam pela independência da terra onde nasceu, ram e se criaram — no caso, a terra angolana —, onde lhes é negado pelo ocupante o direito mais fundamental da pessoa humana: a liberdade de dispor de seu próprio destino.

Haverá quem diga que essa destruição de terras e de habitações, que essas violências, essas prisões, são a lei da guerra, e que se as populações não se tivessem rebelado de armas na mão, não haveria mortes nem cinzas, nem ruínas, nem violências, nem prisões.

Mas como não se rebelarem de armas na mão, se o ocupante continuou e continua cego e surdo a todos os reclamos formulados pacificamente negando aos povos que antes tratava como bestas de carga, como escravos — a liberdade que a pouco e pouco vem sendo alcançada pelos demais povos da África?

Uma crônica.

Em um "O Cruzeiro" de julho, na última página dessa revista cuja leitura, outras vezes tanto tem entristecido os democratas portugueses, a escritora Rachel de Queiroz, juntando sua voz à nossa e à de todos que vêm clamando, cada vez mais alto para que cesse o massacre, indignada ante a

notícia, em telegrama da imprensa, de que: "as autoridades portuguesas de Angola estão decapitando os rebeldes que apanham e expõem em postes as cabeças degoladas para o escarmento dos insurretos", escreve, referindo-se ao ditador:

"O que me surpreende é ele que reza, e bate nos peitos, não ter medo desse sangue negro que derrama assim na África, friamente, calculadamente, hitlerianamente. Ele há de dizer que desde que o mundo é mundo Portugal guerreia em terras d'África. Será. Mas com uma diferença: antes, com D. Sebastião, com todos os mais, Portugal lutava em África, matando e morrendo. Morrendo! Agora apenas mata, e de longe, em segurança. Dantes era guerreiro; hoje está apenas querendo ser carrasco."

Em sua justa indignação, Rachel de Queiroz comete um erro tremendo. Não é Portugal quem "hoje está apenas querendo ser carrasco". Não não é.

É, sim o ANTI-PORTUGAL que Antonio de Oliveira Salazar e seu bando de generais invertebrados e de magnatas-sanguessugas, sua matilha de cães-de-fila da Legião Portuguesa e da Polícia Política, PIDE, encarnam e simbolizam. É o ANTI-PORTUGAL cujo fim — ardentemente esperamos — está próximo, quando as Juntas de Ação Patriótica comandarem o levante de uma Nação inteira contra um regime que há mais de trinta anos vem massacrando o Povo Português com uma bestialidade não menos fria, não menos calculada, não menos hitleriana que a bestialidade hoje revelada, a céu aberto, em terras de África.

PORTUGAL
DEMOCRATICO

LUTA TOTAL

MANUEL SERTORIO

1. — É indiscutível que a guerra de Angola é o factor mais importante que neste momento determina a vida política portuguesa e a conduta das potências perante o governo de Salazar.

O destino do fascismo português está irreversivelmente comprometido na guerra e Salazar perdeu a guerra antes mesmo que pelos negros tivesse sido desferido o primeiro golpe de catana.

Por isso, e não somente por isso, anti-fascistas portugueses têm o dever de reconhecer o direito à independência por parte do povo angolano, reclamado pelos líderes políticos deste, sem equívocos daqueles com que até o general Chale ACEITOU no seu julgamento o princípio da auto-determinação do povo argelino... para a altura em que a solução da integração na França fosse a que prevalecesse. Reconhecendo o direito à independência de Angola, os oposicionistas têm a obrigação de fazerem tudo o que estiver ao seu alcance para pôr fim à guerra colonial, a qual não só ofende os interesses do povo angolano, bombardeado a gasolina gelatinosa, como também os interesses do povo português, que caminha para a perda da independência económica pelos incomportáveis encargos da guerra, presentemente à razão de um milhão e quinhentos mil escudos por dia.

Dizer aos angolanos para esperarem que Salazar seja derrubado, não sabemos ou não dizemos como, para depois DEMOCRATICAMENTE lhes estendermos as duas ou uma das mãos, chega a ser um crime de lesa-humanidade. Mas proceder como se a guerra colonial pudesse levar mecanicamente à libertação do nosso país, ou ter o receio, embora inconfessado, de destruir Salazar antes da guerra se ter tornado mais impopular, a nada mais poderá conduzir a não ser à possível destituição de Salazar por qualquer grupo de oficiais da NATO ou por outro sector da direita reacionária, em cujas mãos ficariam os destinos do país, como sucedeu em França.

Os anti-salazaristas devem, por conseguinte, desencadear quanto antes, em Portugal, a batalha final contra o salazarismo e nela desfaldar sem temores nem habilidades a bandeira do anti-colonialismo.

2. — Com mais ninguém, além do próprio povo português, poderá a Oposição contar para essa batalha. Claro que é completa, e importante, a condenação pelos governos ocidentais da guerra de Angola, como ainda recentemente se verificou pela boca do Dr. Lange, chanceler norueguês, e pela da do PREMIER britânico. Mas não nos esqueçamos que, na frase de um amigo, o que estes países desejam é "sol na eira e chuva no nabal", isto é: a conservação de Salazar (ou pelo menos do salazarismo) com a independência dos territórios não autónomos.

Serão a Oposição e o povo português capazes de derrubarem próximo o fascismo em Portugal, aproveitando todas as contradições da política salazarista e também as da política internacional perante o nosso país? Não poderemos duvidar de que sim, se a Frente de Acção Patriótica e as suas Juntas souberem e puderem complementar na clandestinidade, pela sua luta e através dela, a acção da Frente Republicana, no sector dito legal. A percepção, que há muito se impunha, de que devia ultrapassar-se a compartimentação estanque destes sectores de actividade e a natureza exclusivamente pacífica da luta do nosso povo, não pode dar lugar, sob pena de diferentes mas igualmente inegáveis riscos, à substituição daqueles destes sectores que oferecem maiores possibilidades de comunicação com as massas populares.

Lia-se no 1.º número da "Tribuna Livre", órgão das Juntas: "Hoje, se sinceramente somos adversários do ditador Salazar, vamos embarcados no mesmo navio. Resta saber quem vai ao leme. Há que discutir em comum o rumo".

Se o primeiro problema tático que se põe à Oposição é o de saber planejar e articular a sua luta nas duas frentes internas (clandes-

tina e legal ou patente), as palavras acima citadas põem o segundo problema: a da criação de uma direcção nacional para a luta total, fugindo cada sector à perigosa e falsa unidade consigo próprio.

3. — O trabalho nos núcleos de emigração deverá funcionar como outra complementação da actividade pré-insurreccional da frente interna.

Tão errado quanto julgar que a frente principal da batalha anti-salazarista pode ser deslocada para o exterior, é a minimização do que se pode e deve fazer aí, em que deveria chegar o dia de existirem um verdadeiro ministério das relações exteriores e uma secretaria da informação oficial da Oposição, orgânicamente representativos da direcção nacional ou dos organismos unitários existentes na frente interna.

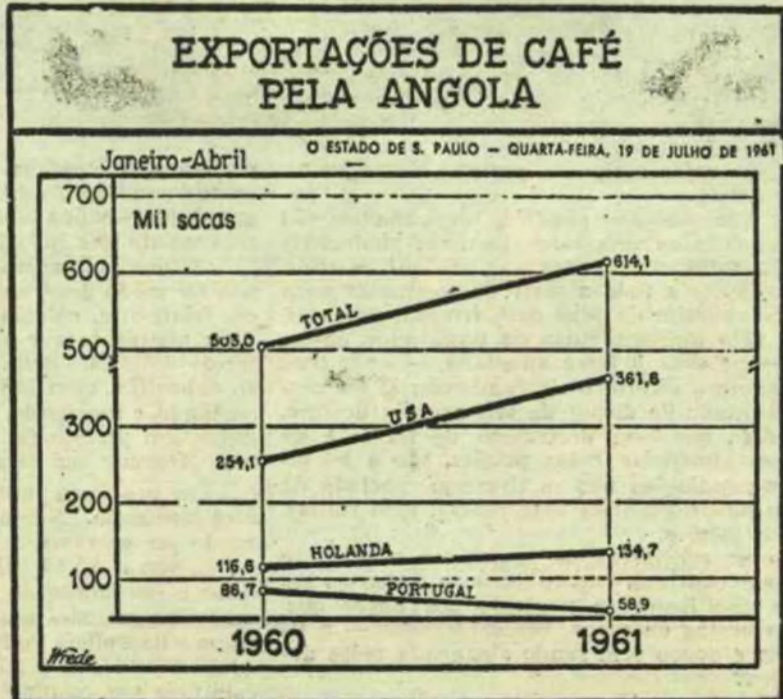
A estes organismos e no uso dessa expressa representatividade competiria, logo que criados, aceitar a mão estendida em Casablanca pelas organizações angolanas, em compromissos que sem qualquer dúvida resultariam mutuamente proveitosos e destruiriam de vez a aparente representatividade nacional do governo de Salazar.

Entretanto, é a criação de organismos unitários de direcção política que é necessário criar em todos os núcleos da emigração, estreitando-se os mesmos numa ligação o mais íntima possível, na qual venha a consubstanciar-se toda a potencialidade de luta que advem aos portugueses livres do facto de se encontrarem fora do arame farpado salazarista.

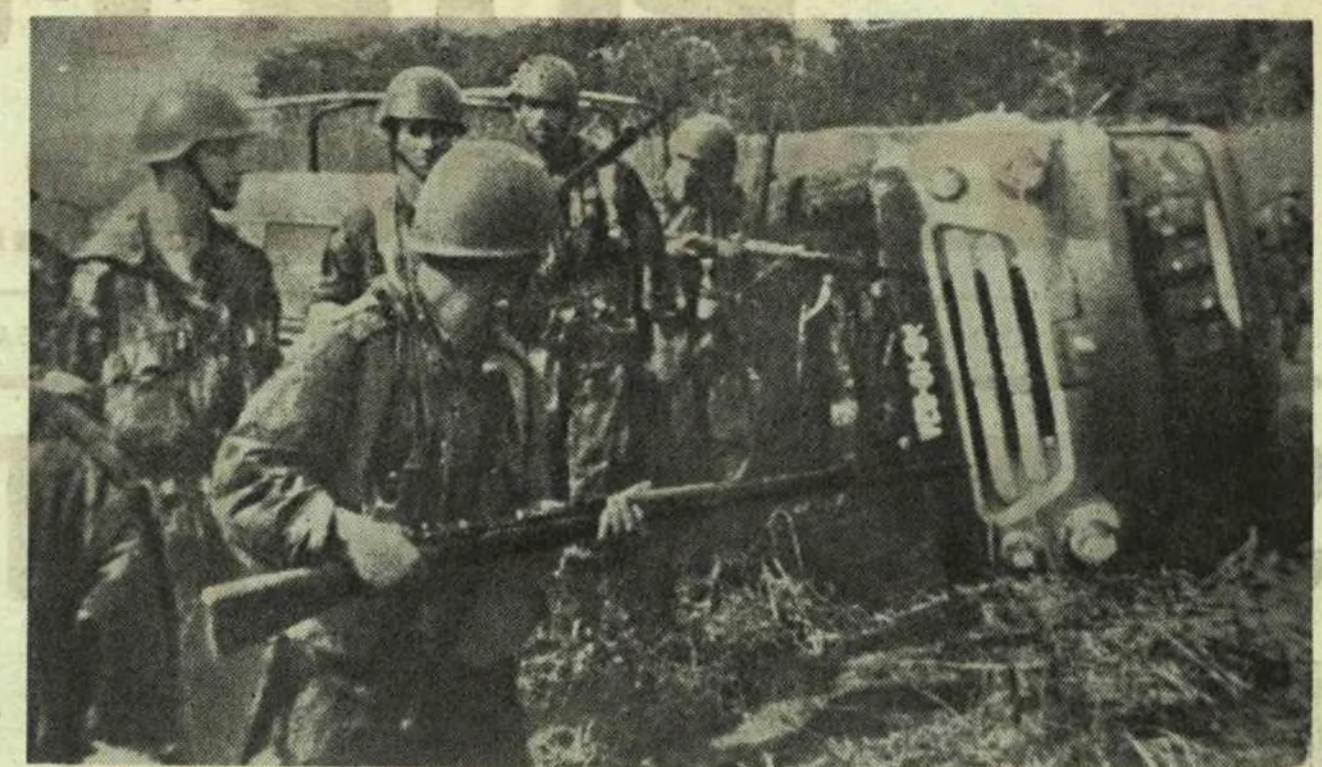
Noruega recusou armas a Salazar e condena a repressão em Angola

OSLO — "O governo norueguês reafirmou, varias vezes, que considerava como uma preocupação para toda a aliança ocidental o facto de que um país membro se esforçasse para manter um império colonial por meio das armas. Esta é a razão pela qual o governo norueguês negou, há dois meses, uma licença de exportação de armas para Portugal" — disse o ministro de Relações Exteriores, Halvard Lange, em uma entrevista concedida a 22 de junho ao jornal local "Dagbladet" em resposta a uma pergunta sobre os atuais acontecimentos de Angola.

"A posição da Noruega para com a política colonial é já há longo tempo conhecida — acrescentou Lange — pois estimamos que a era do colonialismo caducou. No momento nos encontramos perante um processo historico de libertação que saudamos com satisfação. O chanceler norueguês, e nós, que, remos organizar nossas relações de confiança com as antigas colonias. Devemos, nós, os ocidentais, ver a realidade tal como é. Assim é, igualmente, nossa opinião a respeito da situação que reina atualmente em Angola" — concluiu Lange.



As exportações de café de Angola aumentaram consideravelmente, especialmente as destinadas aos Estados Unidos e Holanda. Ao mesmo tempo as exporta-



Soldados portugueses buscam em vão os guerrilheiros angolanos cujo conhecimento do terreno lhes permite resistir a forças muito superiores em numero e armas

A PIDE aperta o cerco em Moçambique

(DO NOSSO CORRESPONDENTE EM JOHANNESBURG)

A sede da PIDE foi recentemente instalada na luxuosa "VILA ALGRAVE" — outrora residência de gente de bem. Permanentemente guardada e viglada a sua entrada por brancos e pretos, fardados e à paisana, tem como diretor um tenente qualquer — daqueles que desonram a farda que vestem.

Reforçada no seu efetivo com remessas constantes de agentes vindos da Metropole (até mulheres "dactilografas" tem chegado em grande número), estes, invadem Cafés, Restaurantes e todos os lugares publicos para escutar as mais inocentes conversas da população pacífica e laboriosa que por ali se reúne. A menor alusão a acontecimentos de interesse nacional ou a crítica, por mais suave que seja, aos desmandos e poucas vergonhas que todos os dias se verificam, serve de motivo para prisão com a consequente aplicação dos "safões a tempo" tão aplaudidos por Salazar. Os barbaros metodos desde há muito usados na Metropole, são atualmente aplicados em Moçambique. E após o episodio do "SANTA MARIA", redobram na furia das perseguições. Várias pessoas foram presas por comentarem o assunto. Quem sai da cidade em vilgiatura para a Provincia ou União Sul-Africana, depara no trajeto com brigadas de policia que obrigam os automoveis a parar para os revistarem. Quando regressam da União, são minuciosamente revistados os passageiros e alguns submetidos ao exame de os obrigarem a despir-se — homens, mulheres e até crianças. Temos conhecimento de casos des-

tes, passados com pessoas das nossas relações. Uma das vítimas de tal violência foi um empregado da livraria Minerva Central, sua esposa e outra senhora e uma criança que viajavam no seu automovel.

Os jornais e revistas estrangeiras que contenham noticias sobre acontecimentos desagradáveis à ditadura, sofrem apreensão e aí daquele que seja seu portador.

As conversas telefonicas, internas e para o exterior, são escutadas — e dizem que até gravadas — pelos agentes da Pide instalados na central telefonica. A correspondência particular é rigorosamente censurada.

Ultimamente foi votada importante verba para a instalação de estações emisoras e transmissoras, em número de 26, que vão ser utilizados exclusivamente pela corja da Pide.

Os quadros da Pide foram modificados com a entrada dos novos agentes que substituíram os antigos, já muito conhecidos da população.

Os famigerados bandidos Teixeira e Roquete — este último chefiou em Lourenço Marques a "Gestapo" portuguesa — passaram à reforma: Deixaram as "hostes" com larga e "distinta" folha de serviços — na Metropole e no Tarrafal, principalmente sem que tenham respondido pelas atrocidades e crimes que cometerem, com bens e exemplares executores da tirania reinante. Mas o dia do ajuste de contas há de chegar em breve. Entretanto, a generosidade dos proceres do Estado Novo não esqueceu quanto lhes deve e, como recompensa dos bons serviços, encaixou o Roquete no "trust" português "SONAREP", com bom emprego, por intermedio do seu amigo Castro Fernandes, presidente da U. N. e administrador do B. N. U.

Há cerca de 200 mulheres que desempenham as funções de informadoras, recebendo como retribuição dos serviços que prestam de 200\$00 a 500\$00, segundo o valor da informação ou denuncia.

Grande número de indígenas tem sido presos e barbaramente encarcerados.

Brigadas de pessoal especializado dos C. T. T. andam espalhadas pelo Norte da Provincia, procurando interferir e captar o noticiário das emisoras estrangeiras.

LOURENÇO MARQUES EM PE' DE GUERRA

Os edificios onde se encontram instalados Departamentos do Estado estão ocupados militarmente e o acesso a qualquer deles só é permitido depois de o militar ou agente da Pide, que estão viglando as entradas, averiguarem a identidade dos visitantes e o que pretendem tratar. Isto verifica-se no Aeroporto, Capitania, Central Telefonica e até no Radio Club de Moçambique.

As unidades militares estão de rigorosa e permanente prevenção. Aviões da DETA e a Fragata de Guerra patrulham a Costa.

Os paraquedistas, vindos de Angola, exibem-se na cidade, e fazem espetaculosos exercicios e demonstrações das suas habilidades.

E' neste ambiente de temor que vive a pacata e laboriosa população de Moçambique. Até quando?

PORTUGAL DEMOCRATICO

Protesto contra a guerra colonial

No PORTUGAL DEMOCRATICO de junho findo transcrevemos um telegrama, enviado, a 20 de maio, por um grupo de democratas portugueses de S. Paulo à oposição e ao Povo Português, na pessoa do Prof. Mario de Azevedo Gomes, clamando-os a envidarem todos os esforços para que termine a guerra colonial e para que sejam resolvidos, pacificamente, no interesse dos povos portugueses e angolano, todas as questões emergentes do atual Estatuto Colonial.

Em razão da falta de espaço não nos foi possível retificar a pedido do interessado na nossa edição de julho que o nome do sr. Francisco Vidal foi mencionado, por lapso, entre os signatários desse telegrama.

Outrossim, e por aquela mesma razão, só hoje também podemos noticiar que, aos nomes então publicados há que acrescentar mais os seguintes: Maria Archer, Lenine Alexandre, Fernando Costa, Maria Isolina Jesus Roque, Fernando Ramos, Cesario Tavares, Abilio A. R. Silva, Antonio Bidarra da Fonseca, Maria Isabel da Costa e Abílio da Costa Reis.

Leia e Assine:

SEARA NOVA

A mais antiga publicação cultural portuguesa, é um dos poucos instrumentos de luta por uma cultura desmistificada, que traduz no próprio território pátrio, e embora submetida aos vexames da Censura, os ideais de Democracia e Liberdade.

Pedidos de Assinaturas, ao Centro Republicano Português, Rua Conselheiro Furtado, 191, São Paulo.

V É R T I C E

Revista de Cultura e Arte, e de divulgação e critica das novidades literárias portuguesas, exposições de artes plásticas e movimento teatral.

Pedidos de Assinaturas a H. P. Santo — Rua Nestor Pestana, 30 — apto. 107, S. Paulo.

PORTUGUESE AND COLONIAL BULLETIN

Mensário, em língua inglesa, sobre o problema africano-português.

Pedidos de Assinaturas a 374, Gray's Inn Road, Londres, W. C. 1, Inglaterra.

ERRATA: Na pag. 4, queira ler-se no nº 2:

"2 — Apesar do seu enfraquecimento (que a evolução da situação internacional, a preponderância das forças do socialismo sobre o imperialismo, a derrocada do colonialismo, o ascenso da luta libertadora", etc.

PORTUGAL
DEMOCRATICO

O DITADOR FALOU

Manuel Myre Dóres

"Nós somos uma velha Nação que vive agarrada às suas tradições, e por isso se dispõe a custear com pesados sacrifícios a herança que do passado lhe ficou. Mas acha isso natural. Acha que lhe cabe o dever de civilizar outros povos e para civilizar pagar com o suor do rosto o trabalho da colonização. Se fosse possível meter alguma ordem na atual confusão da oratória política internacional, talvez se pudesse, à luz destes exemplos distinguindo melhor a colonização do colonialismo — a missão humana e a empresa de desenvolvimento econômico que, se dá, dá, e se não dá, se larga. Muitos terão dificuldade em compreender isto, porque, referidas as coisas a operações de deve e haver, motivos havia para delinear noutras bases a política nacional."

Doutor, o senhor é velho, porque sabe muito bem que não há "tradições", "heranças do passado" "deveres de civilizar" ou o que leve alguém nesse país a dar o sangue, o suor e as lágrimas para salvar as colônias. O que há é a força, o poder, a prepotência do ditador, ao serviço dos interesses fabulosos dos seus amigos milionários.

E nós todos, que vivemos nas colônias, sabemos que o negócio dá, e por isso não se larga.

Porque o senhor, doutor, não apresenta os lucros (os reais, que o senhor deve conhecer) da Diamang, da Companhia do Caminho de Ferro de Benguela, do Banco de Angola, das Companhias de Navegação, da Cuca, das Companhias do Açúcar, das Companhias do Algodão, isto para falar só das de Angola?

O senhor é realmente muito velho. O negócio dá mesmo, dá muito, dá demais!

Vejamos o que segue. "Mas vejo, por exemplo, o número de edifícios construídos nalguns territórios de África: Angola encontra-se largamente à cabeça da antiga África Ocidental Francesa, do Quênia, do Tanganica, de Uganda. O número de metros quadrados de área coberta construída por mil habitantes foi em Angola em 1959 de 76,8 contra 6,3 ou 51,3 ou 14,2 ou 17,8 nas outras regiões citadas.

Doutor, o senhor é velho: que significado tem esta estatística no que diz respeito ao progresso dos negros angolanos? Acaso eles deixaram de viver nas Mucuges, na Canata, nas senzalas, por existirem em Luanda cada dia mais belos e mais ricos arranha-céus, ou por ter sido transplantada para a Cela (e por que custo, doutor!) uma irmã gêmea da Igreja de Santa Comba Dão? Não, doutor, o senhor é velho!

Continuemos: "Em quilômetros de via férrea por mil quilômetros quadrados de superfície, Moçambique é igual ao Gana e só é suplantado pela Serra Leoa, o Togo, o Daomo, todos de diminuta superfície; Angola iguala o antigo Congo Belga e tem abaixo de si os Camarões, e as antigas África Equatorial e África Ocidental Francesas e Madagáscar. Quanto a veículos (locomotivas, carruagens e vagões) Moçambique só é excedido pela Federação das Rodésias, pelo Gana, pela África Oriental Britânica; Angola está em bom lugar quando por seu turno a comparamos com os outros territórios ao sul do Saara. Relativamente a potência instalada e a energia produzida, por habitante, embora com representação honrosa, pois que em 57 superamos a Federação da Nigéria, estamos largamente ultrapassados pela Federação das Rodésias, pelo Congo ex-Belga e pelas Camarões ex-francesas; mas é de notar que tanto em Angola como em Moçambique as cifras duplicaram, pelo menos de 1957 para cá e depois da conclusão de Cambambe os nossos números serão muito mais favoráveis ainda.

"Nas costas ocidental e oriental de África, em qualidade de instalações fixas e apetrechamento, os grandes portos de Angola — Luanda e Lobito — e de Moçambique — Lourenço Marques e Beira

— ombreiam com os melhores daquele continente. Em tráfego, de entre os portos da África ao sul do Saara, da Mauritânia pelo Cabo até ao Sudão, Lourenço Marques só é ultrapassado por Durban, e a Beira por estes dois e pelo Cabo."

Doutor, o senhor é velho. O senhor está apenas falando dos êxitos do grande capitalismo nacional e estrangeiro nas nossas colônias, já que as vias férreas e os portos estão fundamentalmente ao serviço dum pequeno grupo de grandes companhias. Mas o senhor se esquece propositadamente de dizer que da existência dessas "jóias" quase nenhum benefício tiram os "autóctones", como o doutor gosta de lhes chamar.

E ainda é mais velho, quando a respeito do problema da saúde das populações cita o exemplo especial dos gastos. Com franqueza, doutor, os autóctones morrem como torcos, por causas ignoradas (ignoradas sim, mas PARECIDAS com tuberculose, escorbuto, elefantíase, bilharziose, sífilis, doença do sono, xerofthalmia, doenças de vermes diversos, etc.).

Mas temos mais: "Em todo o caso, essa face do exame imparcial de muitos problemas, parece-me que dois ou três devem ser destacados e receber em primeira prioridade impulso mais decisivo para a sua solução. Refiro-me especialmente ao sistema de comunicações, à multiplicação das escolas primárias e técnicas, à maior divulgação de postos ou serviços sanitários.

"As estradas devem considerar-se naqueles territórios o mais forte veículo do progresso. Podendo circular, os homens fazem por si muito do restante. Com a saúde termos aumentado o bem estar das gentes e a sua capacidade produtora. Os naturais mostram-se sedentos de instrução, porque nela vêem o meio de valorizar-se, de melhoria econômica e mesmo ascensão política. Há que matar-lhes a sede, sem esquecer equilibrar as escolas nos graus médios e superiores com o desenvolvimento econômico geral, sob pena de criar-se perigosamente um proletariado intelectual, dado à agitação pelo desemprego e à política pela ambição. Senão fora ter-nos sido imposto o esforço para debelar o terrorismo, esforço que é mais pesado, que um excelente plano de fomento, nós devíamos dedicar-nos àquele programa, como o de maior rendimento para as províncias ultramarinas. Nas atuais circunstâncias porém só com suprimentos externos o poderemos fazer."

Doutor, o senhor é velho. Só agora se lembrou que era preciso fazer escolas e hospitais para os negros; que era preciso aumentar o seu bem estar e a sua capacidade produtora; que era preciso debelar-lhes a "sede" de instrução (mas não muito, claro, porque muita gente pensando cria complicação!).

E agora a mentira que lhe dá mais prazer.

"A maneira de ser portuguesa, os princípios morais que presidiram aos descobrimentos e à colonização fizeram que em todo o território nacional seja desconhecida qualquer forma de discriminação e se hajam constituído sociedades plurirraciais, impregnadas do espírito de convivência amigável, e só por isso pacíficas."

Doutor, o senhor é velho, pois sabe que a discriminação racial é feita pelas formas mais abjetas e degradantes. Ela é característica fundamental da vida social nas colônias, e não pode conduzir senão ao ódio racial total.

Doutor, o senhor sabe que o problema é um só.

Os seus amigos milionários são donos das colônias e dos seus dez milhões de escravos. Eles sabem que os escravos fazem o "milagre" de multiplicar muitas vezes em pouco tempo os seus capitais. Então só há um caminho a seguir: sufocar a revolta dos escravos, custe o que custar, e manter o maior tempo possível a chuva de

"patacas" dessas frondosas árvores tropicais...

Doutor, não mascare mais a realidade. Chame as coisas pelos seus nomes. Em vez de civilização chame degradação; em vez de bem estar chame opressão; em vez de progresso material chame rapina; em vez de sociedade multirracial chame desintegração de sociedades; em vez de progresso sanitário, fale em processo de liquidação dum povo físico e intelectualmente.

E acima de tudo, Doutor, não se preocupe tanto com o que seria de Angola, se Angola não fosse Portugal. Porque, quer o Doutor queira quer não, Angola não é e não será Portugal, e o povo angolano, povo subdesenvolvido, como todos os outros povos da África, libertar-se-á do subdesenvolvimento, da opressão e da miséria com as energias que ainda mantém latentes e com a ajuda de todos os que neste mundo (e são muitos milhões, Doutor, de todas as raças e credos) pensam que todos os homens têm o direito à liberdade, à cultura, e a pensar e crer que Deus e os santos podem ser de qualquer raça — da negra também, Doutor.

Terror Em Angola

BOMBAS DE "NAPALM" CONTRA A POPULAÇÃO

Em fins do mês passado, o jornalista Frank Barber escreveu, em "The Observer", de Londres, que estava sendo levantado na Câmara dos Comuns a questão do fornecimento de armas pela Grã-Bretanha ao governo português, em virtude do uso que esse último vem fazendo delas.

Segundo esse jornalista, teria chegado ao conhecimento de deputados trabalhistas que "mais de cem mil civis, homens, mulheres e crianças, fugiram dos bombardeamentos da aviação portuguesa contra localidades da região norte de Angola, e esses fugitivos encontram-se agora no Congo, muitos deles com queimaduras feitas pelo "napalm" (bombas de fosforo) e ferimentos a bala de espingarda e metralhadora.

O governo britânico declarou que havia suspenso o envio de armamento para Angola, mas os deputados trabalhistas afirmam ter provas de que a quantidade de armamentos, já enviado, é bastante superior aquela que foi declarada pelo governo.

TESTEMUNHO DE UM MISSIONARIO

O missionário David Greenfell afirmou aquele jornalista, ter presenciado o lançamento de bombas de "napalm" em terreno da Missão, e uma das quais matou um irmão leigo, de raça negra, que ele próprio sepultou. E viu que em estilhaços dessas bombas havia inscrição em Inglês.

Em virtude do elevadíssimo número de protestos enviados aos parlamentares britânicos, o governo de Londres decidiu enviar dois diplomatas a Angola para que examinassem, atentamente "in loco", a situação, com a recomendação de que não se limitem a ouvir as explicações dadas pelas autoridades portuguesas.

REPRESSAO EM ANGOLA

Está em organização em Angola uma Frente Unida Anti-Fascista, havendo sido elaborado um documento que foi entregue publicamente ao Governador Geral, documento onde se manifestam a intenção de procurar alcançar a autonomia para Angola.

A polícia PIDE pouco depois prendeu em Luanda os primeiros signatários desse documento. Em Benguela, foram presos: eng. Fernando Magalhães Falcão, Luiz Portocarrero, eng. Socrates Dasualos, Aires de Almeida Santos, Carlos Saraiva, José de Oliveira e um negro de nome Gamboa.

Em Sá de Bandeira houve mais 5 prisões, um deles o aviador Frágoso, e em Moçamedes o farmacêutico Julho Vitoria Pereira e mais umas dez pessoas cujos nomes são ainda ignorados.

IMPrensa BRASILEIRA

Flôres Murchas De Retórica

Com data de 1.º de julho, "O Estado de S. Paulo" publicou na seção "De um dia para o outro", este comentário ao discurso de Salazar pronunciado dias antes.

O autor desse comentário é o sr. Giannino Carta conhecido observador político internacional.



"PALAVRAS ÓCAS, ARCAICAS E INCOMPREENSÍVEIS"

Palavras inteligentes e pensamentos nitidos, tornam — por efeito de contraste — ainda mais opacas, arcaicas e incompreensíveis, as que o ditador português pronunciou ontem para defender sua política colonial e os sacrifícios imensos e cruéis, que sua teimosia e sua surdez histórica impõem a Portugal e ao chamado Ultramar. O que pareceu lógico, necessário, justo e inevitável ao Imperio Britânico é absurdo e dispensável, do ponto de vista de Salazar. Um estadista do porte de Winston Churchill julgou empresa superior às suas forças a de resistir ao imperativo dos tempos, mas o provinciano de Coimbra se considera em condições de sustentar o curso da História. "Custe o que custar — ousou ele afirmar — nós resistiremos". Não é um propósito, um programa, um plano de ação política. É um veredito feroz que condena vinte milhões de súditos a sofrer as consequências dolorosas e sangrentas de um tirano sem visão. Obsecado, este chega a ponto de acusar os Estados Unidos de... filocomunismo e ao disparate de insinuar que o Estado norte-americano de Havá é, na verdade, uma colônia, ao passo que as ilhas de Cabo Verde, são obviamente uma província lusa. E há mais. Sabemos por fim porque Salazar mantém Gôa sob seu domínio: para poupar ao povo do enclave o desgosto de cair sob a soberania da Índia! E não é tudo: as fronteiras do ridículo são alegremente transpostas quando o ditador fala na capacidade comprovada de seu regime nas grandes tarefas da civilização. Na verdade, sabemos que nem mesmo as missões católicas se salvaram da ira do despota, em que pese a sua conhecida união, quando denunciaram as condições iníeríveis sob as quais vive a massa dos nativos, excluída dos avaros benefícios da integração, reservados a uns poucos milhares de pessoas. Salazar não tem medo. Perdeu o apreço de seus amigos e a confiança de seus aliados? Não faz mal. Resta-lhe — e, lhe basta — a compreensão fraternal da Espanha e a solidariedade dos "intelectuais brasileiros"... É ele que o diz. Quais brasileiros, porém? Quais intelectuais? No que nos tange, o adjetivo, que sempre tivemos por duvidoso e vazio, acaba de ser degradado, mercê de Oliveira Salazar, ao nível da injúria de baixo calão.

G. C.

Agitação em Moçambique

LOURENÇO MARQUES, junho (Do enviado especial de "The Observer", de Londres) — Sentados à mesa no terraço de um café ao fraco sol de inverno em Lourenço Marques, confrontados com os grandes títulos nos jornais sobre a guerra que se arrasta em Angola, avaliamos a depressão sentida na África Portuguesa e ficamos pensando quanto tempo faltará para que Moçambique — do outro lado do continente de Angola — seja arrastado na voragem.

Os sinais são ameaçadores nesta colônia africana nas costas do Oceano Índico. Nas últimas semanas a guarnição foi reforçada com mais 2.000 soldados de infantaria e paraquedistas. Foram modificados os regulamentos para permitir mais facilmente a compra de armas pelos europeus. Os fazendeiros vêm recebendo impressos com instruções "contra a sabotagem" e obrigados a colaborar nas medidas de defesa.

Sintomaticamente também é feita pressão para que os cidadãos se alistem nas milícias. Os cartazes mostram duas mãos — uma branca outra negra — segurando a mesma espingarda, tendo em fundo o desenho de uma casa em chamas. Acontece porém que o único africano que até a data se apresentou como voluntário, foi preso...

Os motivos da atitude portuguesa são complexos. Um dos fatores é o medo de 6 milhões de africanos empobrecidos. A aceitação de qualquer risco para conseguir o apoio dos 60 mil europeus é outro fator.

A inquietação entre os cidadãos mais importantes é generalizada. O elemento conservador é constituído por comerciantes da Beira e Lourenço Marques sobrecarregados pelo sistema de quotas e monopólios que estrangula o progresso do território. Já por duas vezes recentemente eles têm pedido reformas econômicas — sem todavia tocarem nos males políticos e sociais que estão na raiz do problema.

LIDERES EM POTENCIAL

A ala liberal e a União Democrática, corajosa e semiclandestina, responsável pelo Manifesto de abril último, assinado por 70 pessoas e dirigido a Salazar. Seus membros são comerciantes, advogados, médicos e intelectuais que procuram conseguir autonomia da província, o fim do trabalho compulsório e outros abusos, e o Estado germinamente multi-racial numa "Comunidade de Nações portuguesa".

Poderíamos apontar meia dúzia desses homens que, se tivessem a oportunidade, poderiam amanhã ser os líderes de Moçambique democrático. Mas eles não são excessivamente entusiastas. "A autonomia deve resultar de uma mudança em Portugal". Dizem "e a nossa única esperança está no exercito. Uma revolução civil seria inútil."

MUDANÇA RADICAL

Ao que parece, os líderes da União Democrática convenceram-se finalmente de que são completamente inúteis as tentativas de discutir, pacificamente, com Salazar, o futuro de Moçambique. É o que nos revela o telegrama da agência AFP, com data de 17 de julho, que transcrevemos:

PARIS, 17 (AFP) — Adelino Gwambe, presidente da União Democrática de Moçambique, declarou, no decorrer de um discurso pronunciado em Dar El Salam, Tanganica, que seu povo se empenhará em uma luta pela independência, afirmando: "A partir de hoje, faço saber ao mundo que nossa política estará baseada na violência e na rebelião. Não há outros meios pelos quais possamos conquistar nossa independência e estamos decididos a transformar Moçambique em outra Angola".



Tudo se vende
através dos
CLASSIFICADOS de
O ESTADO DE S. PAULO

Documentos para a Historia

«A primeira questão que se coloca a forças políticas que se proponham derrubar um governo é a de saber que outro governo levarão ao poder em lugar do primeiro»

A via para o derrubamento da ditadura fascista e para a conquista da liberdade política

«A situação internacional evolui a favor das forças democráticas e pacíficas. O poderio e influência internacional predominantes da União Soviética e de todo o campo socialista, a derrocada do sistema colonial, o ascenso geral do movimento operário, democrático, de libertação nacional e pacífico, o enfraquecimento geral do imperialismo, tornam cada dia mais favoráveis as condições internacionais em que se desenvolve a luta do povo português pela liberdade política, pela independência nacional e pela paz.

O derrubamento da ditadura fascista de Salazar não resultará por um espontaneamente da evolução da situação internacional. Cabe ao povo português derrubar o fascismo e conquistar a democracia e só o povo português o poderá fazer. A determinação da perspectiva que se oferece com esse objetivo é de fundamental importância para o desenvolvimento vitorioso do movimento democrático nacional.

O Comité Central do Partido Comunista Português, tendo examinado a situação política atual e tendo feito um balanço crítico da orientação e atividade do Partido nos últimos anos, entende necessário definir a via para o derrubamento da ditadura fascista e para a conquista da liberdade política.

1 — O governo fascista de Salazar é o governo do capital monopolista (associado ao capital estrangeiro) e dos latifundiários.

O antagonismo entre os monopólios e todas as camadas do povo acentua-se progressivamente. O domínio crescente em todos os setores da economia nacional do capital monopolista associado ao capital estrangeiro, a dependência crescente de Portugal em relação aos imperialistas estrangeiros que a adesão à Zona dos Sete agravará, a concentração industrial, comercial e agrícola que o corporativismo, a "reorganização" industrial e comercial e a política agrária fascista constantemente acentuam, a exploração colonial com as suas incidecias no mercado da força de trabalho e na economia portuguesa, a ruína e proletarianização dos pequenos produtores agrícolas e industriais, a exploração crescente da classe operária através da "racionalização" e "modernização" da indústria e a desesperada situação de miséria e desemprego da população trabalhadora dos campos resultante da mecanização da agricultura e de outros aspectos do rápido desenvolvimento do capitalismo, a imposição dos interesses dos monopólios através da supressão de liberdades, do terror, do obscurantismo, da perseguição à cultura e à arte — opõem, de forma cada vez mais irredutível, um pequeno punhado de multimilionários a toda a restante população portuguesa. Todas as camadas populares, assim como a burguesia não-monopolista e os médios proprietários, estão cada vez mais interessados em pôr termo ao domínio dos monopólios e do governo fascista que os representa e os serve.

Estas condições reduzem, enfraquecem e isolam a camarilha go-

vernante e são favoráveis para a formação duma ampla frente nacional contra a ditadura fascista de Salazar, na qual as alianças da classe operária com o campesinato e com os povos das colónias portuguesas têm decisiva importância.

2 — Apesar do seu enfraquecimento (que a evolução da situação internacional, a preponderância das forças do socialismo sobre o imperialismo, a derrocada do colonialismo sobre o imperialismo, a derrocada do colonialismo, e ascenso da luta libertadora nas colónias portuguesas, a restrição da base social de apoio do fascismo e o desenvolvimento do movimento democrático português tendem a acentuar) o Estado fascista é ainda um forte Estado, centralizado e militarista, com um poderoso aparelho militar, policial, judicial e burocrático. O governo fascista de Salazar dispõe de forças repressivas treinadas e bem armadas, de comandos cuidadosamente depurados e selecionados, de quadros numerosos em todo o aparelho do Estado.

Sob a ditadura fascista, é exercida uma repressão implacável contra o povo trabalhador e as forças democráticas. Não existem quaisquer liberdades políticas nem se realizam eleições dignas desse nome. O governo abafa com a violência e o arbítrio as reclamações económicas, políticas e de natureza cultural do povo português. O movimento libertador das colónias portuguesas e o apoio que lhe é dado pelo campo socialista e por numerosos Estados pacíficos é um poderoso fator que se alia ao movimento democrático português com vistas a pôr termo à ditadura fascista. Mas, precisamente porque socava os bases do fascismo e contraria os interesses dos imperialistas estrangeiros seus protetores, provocará nos tempos mais próximos da parte do governo de Salazar um reforço da ação repressiva e um esforço no sentido duma maior restrição da legalidade.

Não se deve contar com a queda da ditadura pelo simples jogo das suas contradicções internas, nem com o abrandamento da repressão e com uma liberalização do regime por livre vontade ou concessão de Salazar e da sua camarilha. A ditadura fascista não cairá por si, nem Salazar entregará o poder por se vencer finalmente que é esse o desejo da Nação. O governo fascista de Salazar recusa-se a ouvir e a atender a vontade popular e

tem respondido e mostrado a sua determinação de continuar a responder com a força e o terror às reclamações políticas da oposição democrática.

3 — A luta contra a ditadura fascista de Salazar é a luta contra os monopólios e os grandes senhores da terra, a luta contra o domínio imperialista e pela completa independência de Portugal, a luta pelo bem-estar do povo português, a luta pelo reconhecimento do direito dos povos coloniais à auto-determinação e à independência, a luta pela Paz e a luta pela liberdade política. Em todas estas direções se deve desenvolver e intensificar no momento presente a luta das forças democráticas sendo entretanto a luta pelo derrubamento da ditadura e a conquista da liberdade política a tarefa central de todos os democratas e patriotas portugueses, aquela em que todos estão unidos e aquela que é condição fundamental para a vitória pelos restantes objetivos.

O Partido Comunista Português e as restantes forças democráticas não podem colocar apenas como objetivo da sua ação política pressionar o governo e outros órgãos do Estado para que façam concessões. A luta por concessões parciais deve prosseguir, tanto pela importância das concessões parciais, como porque só lutas parciais (por reivindicações económicas, política, de natureza cultural) criarão condições para uma poderosa ação popular capaz de derrubar a ditadura. É com os olhos postos neste objetivo fundamental que se deve desenvolver a ação das forças democráticas. O povo português e as forças democráticas têm de preparar-se para derrubar a ditadura e conquistar o poder.

Embora em condições muito particulares e numa evolução hoje imprevisível da situação política interna possa ser pacificamente substituído o governo fascista e conquistadas as liberdades democráticas e embora o Partido Comunista Português deseje a solução pacífica do problema político português, não se pode afirmar que a via pacífica para o derrubamento do fascismo seja a mais provável e a mais viável.

4 — Entre as forças democráticas, têm-se dado respostas diversas à questão de saber como derrubar a ditadura fascista.

Pensam alguns que as forças democráticas devem abster-se de qualquer ação clandestina e deveriam limitar-se a agir dentro dos quadros da legalidade fascista. Essa seria a forma de impedir a repressão e de conseguir o apoio de setores mais conservadores e vacilantes. A verdade é porém que, se se limitassem a agir dentro dos quadros da legalidade fascista, as forças democráticas não sairiam nem fariam sair o movimento popular do colete de forças imposto pelo governo e vegetariam como uma oposição inofensiva que não poderia pretender derrubar o governo fascista e instaurar as liberdades em Portugal.

Pensam outros que a ação popular nada pode resolver e que a solução só pode partir dos militares. Um golpe militar seria o único caminho possível para o derru-

bamento do governo fascista. Embora os militares tenham um importante (e em certas condições decisivo) papel a desempenhar, se imponha por isso um insistente e perseverante trabalho para organizar os militares anti-salazaristas, e em relação à eventual preparação de ações insurrecionais por militares se deve estudar com rigor e realismo a sua viabilidade, a verdade é que a idéia dum golpe militar divorciado do movimento popular, tem sido sempre acompanhada de ilusões golpistas que conferem aos militares a solução do problema político português, que colocam as forças democráticas na expectativa, que levam ao menosprezo da luta de massas e que, por isso, têm exercido uma influência negativa no desenvolvimento geral do movimento democrático.

Finalmente, apareceram nos últimos anos em alguns setores tendências anarquistas e terroristas. Tais tendências são, em parte, a "expição dos pecados oportunistas" do movimento democrático, ou seja, reações de setores mais radicais contra concepções legalistas e contra a ilusão duma fácil solução pacífica do problema político português que o nosso próprio Partido contribuiu para criar. A verdade é porém que não são ações anarquistas ou terroristas que poderão decidir do derrubamento da ditadura e elas comportam perigos para o movimento democrático. Ato de terrorismo individual provocam em amplas camadas populares desaprovção e recelo, favorecem que tomem posições conservadoras e de reserva para com o movimento democrático e dão pretexto para uma maior repressão com menor protesto popular.

5 — Apesar de todas as limitações da legalidade fascista e apesar de o governo não respeitar sequer a Constituição e as leis que é próprio fazer, as forças democráticas devem aproveitar todas as possibilidades de atuação legal, por muito limitadas e contingentes que sejam. A justa associação das formas legais, semilegais e ilegais de ação e organização é uma condição para o desenvolvimento geral do movimento popular e democrático. As ações de massas são a forma mais eficiente, tanto da luta pela satisfação de reivindicações parciais económicas, políticas e de natureza cultural, como do desenvolvimento geral do movimento democrático com vistas ao levantamento nacional para o derrubamento da ditadura fascista e à conquista da liberdade política.

Apesar de que, nas condições presentes, as "eleições" fascistas não oferecem um caminho viável para derrubar o governo fascista através duma vitória eleitoral, a luta no terreno "eleitoral" fascista oferece condições favoráveis, que urge aproveitar, para a ampliação decisiva dos movimentos e lutas políticas de massas. A concorrência da Oposição às "eleições" não foi uma concessão voluntária do fascismo, mas uma possibilidade conquistada pelos democratas através duma luta persistente, corajosa, maleável e de rica experiência de associação do trabalho legal, semilegal e ilegal. As forças democráticas devem concorrer às "eleições" com candidatos únicos, suficientemente representativos das diversas correntes, políticas, lutando por condições

mínimas de seriedade e aproveitando o período "eleitoral" para levar a cabo uma campanha de esclarecimento do povo português, para reforçar a sua unidade e as suas organizações, para animar e dirigir amplas ações de massas e para conseguir nessa base alcançar o máximo de concessões políticas. A amplitude e força do movimento popular pode eventualmente tornar possíveis sucessos no próprio terreno "eleitoral".

6 — A unidade das forças democráticas é base fundamental para o desenvolvimento vitorioso da revolução popular e nacional.

É imperioso que essa unidade, reclamada por toda a opinião democrática, seja estabelecida, tanto no aspecto da mobilização popular para dar combate à política fascista, como no aspecto de organização.

A luta no terreno "eleitoral" fascista, a luta pela possibilidade de atuação legal da Oposição democrática, a luta contra a repressão e pela anistia, a luta pela liberdade de imprensa, a luta por eleições honestas nos Sindicatos Nacionais, a luta contra o imperialismo, a luta pela paz, a luta contra a política colonialista do governo e os preparativos de guerras coloniais, exigem, para se tornarem movimentos populares de massas capazes de conduzir ao sucesso, a unidade de ação das forças democráticas.

O estabelecimento de organizações e organismos unitários das forças democráticas é imprescindível para a ampliação e intensificação do movimento nacional contra a ditadura fascista. A constituição duma direção nacional do movimento democrático, assegurando a conjugação de todos os esforços no mesmo sentido e animando a luta as massas populares, terá uma influência poderosa para o desenvolvimento de todo o movimento democrático e anti-salazarista, com vistas ao derrubamento da ditadura fascista e à instauração das liberdades fundamentais.

O Partido Comunista Português não poupará esforços para o estabelecimento e reforço da unidade democrática e anti-salazarista, de que são fatores de principal importância a unidade da classe operária e as alianças da classe operária com o campesinato e com os povos das colónias portuguesas. O Partido Comunista Português proclama a necessidade de vencer resolutamente as dificuldades que ainda se levantam à unidade, a fim de que, dentro de curto prazo, o movimento único da Oposição contra a ditadura fascista de Salazar seja um fato.

7 — A primeira questão que se coloca a forças políticas que se proponham derrubar um governo é a de saber que outro governo levarão ao poder em lugar do primeiro.

O Partido Comunista Português, ao mesmo tempo que declara apoiar qualquer ação com vistas à mudança de regime, defende que, derrubado o governo fascista, as forças democráticas devem formar um Governo Provisório que instaura imediatamente as liberdades fundamentais e realize eleições livres para uma Assembléa Constituinte, através das quais o povo português possa escolher a forma de governo e os governantes que entender.

A participação da classe operária do Governo Provisório é a melhor garantia da destruição completa do fascismo e da realização das reformas democráticas imediatas que se impõem. O Partido Comunista Português, como Partido da classe operária, declara a sua disposição em participar no Governo Provisório, assumindo as suas responsabilidades ao lado das restantes forças democráticas e anti-salazaristas.

Março de 1961.

O Comité Central do Partido Comunista Português.

ANISTIA PARA A MISERIA

Os fascistas dirão que estamos escarnecendo a miséria alheia para fins de pura propaganda demagógica. Não nos importa.

Fato é que este anúncio a cuja existência aludimos no editorial do "PD" de hoje, publicado no jornal "The Observer" é o primeiro de que temos conhecimento pedindo auxílio para as vítimas inocentes da guerra colonial, do massacre que a ditadura de Salazar está fazendo em Angola. Enviem o que puderem para o endereço indicado.

Nesse anúncio se pedem alimentos, remédios, roupas, o que fôr, para os 100.000 refugiados angolanos à mingua de recursos em território do Congo.

Aos leitores pedimos que atendam a esse apelo, que fazemos nosso, em que é também em favor de uma anistia: Anistia para os que tem fome.

The Appalling Tragedy of ANGOLA

100,000 PEOPLE—refugees; terrified, ill, homeless.

WAR ON WANT has provided fares, and six months' maintenance for five doctors—themselves refugees—so that they may return to the border villages.

BUT we need money for FOOD, MEDICINES, CLINICS. CAN YOU HELP? Please be generous in your giving and in your influence untiring.

WITHOUT deduction your gift will be forwarded.

Send NOW to the Hon. Treasurer:—

The Rt. Hon. James Griffiths,
WAR ON WANT
Campaign against World Poverty
LONDON, W.5.

Conferencia dos Países da Europa Ocidental Para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos de Portugal

(EM ORGANIZAÇÃO)



Cartaz de Clovis Graciano para a Conferência da Anistia em Portugal.

DELEGAÇÃO DOS PORTUGUESES EXILADOS NO BRASIL

BOLETIM Nº 3 — AGOSTO — 1961

CORTE E SOBREPONHA

Reunião de Buenos Aires

REUNIÃO, NA CIDADE DE BUENOS AIRES, DA COMISSÃO EXECUTIVA PERMANENTE LATINO-AMERICANA PRÓ ANISTIA PARA OS PRESOS E EXILADOS POLÍTICOS DA ESPANHA E PORTUGAL, DURANTE OS DIAS 27 E 28 DE MAIO DE 1961

Delegações participantes:

ARGENTINA: — Dr. Bernardo Canal Feijó, advogado, presidente da Organização Pró Anistia Geral na Espanha e Portugal.
Dr. Abraham Scaletzky, médico, secretário-geral da citada Organização.

Srta. Néida Baigorria, deputado nacional.
Sr. Attilio Marchini, deputado nacional.
Dr. José Murias, deputado nacional.
Dr. Eduardo D. Rosenkrantz, deputado nacional.

Dr. Ricardo Larraqui, advogado.
Sr. Santiago F. Barberis, dirigente do Partido Democrata Progressista.

Sr. Luis Emilio Soto, escritor.
Sr. Juan Arhancet, ex-presos político na Espanha.

Sr. Luis Quesada, escritor, ex-presos político na Espanha.

BRASIL: — Dra. Dolores de Mello Vassão, advogada, Secretária da Comissão Pró Anistia.
Sr. Germinal Feijó, deputado estadual de São Paulo.

Sr. Salvador Romano Losacco, deputado federal.

Sr. Milton Reis, deputado federal.

Sr. José Aloisio Filho, vereador de Porto Alegre.

Sr. Alberto Schroeter, vereador de Porto Alegre.

Sr. José O. Brasil da Rocha, secretário da Comissão Pró Anistia do Estado do Rio Grande do Sul.

CHILE: — Dr. Guilherme del Pedregal, ex-vice-presidente da República do Chile.

Sr. Carlos Rosales, deputado nacional.

URUGUAI: — Sr. Luis Hierro Gambardella, deputado nacional, presidente da Comissão Executiva Permanente Latino-americana pró Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal.

Sr. Antonio Guardiola, membro da Comissão Uruguai Pró Anistia.

Sr. Antonio Spalia, tesoureiro da Comissão Uruguai Pró Anistia.

Com a presença de delegados da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai sob a presidência do Dr. Bernardo Canal Feijó, começaram os trabalhos, nos salões da Sociedade Argentina de Escritores, da Comissão Executiva Permanente pró Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal.

A ordem do dia da reunião contemplava, primeiramente, os informes sobre a Conferência pró Anistia na Europa Ocidental, efetuada recentemente em Paris, as gestões realizadas perante a Organização das Nações Unidas e sua repercussão na Espanha e Portugal. Falaram sucessivamente, os delegados Canal Feijó, Hierro Gambardella e Guardiola, cujos informes foram aprovados pelos delegados assistentes.

Seguidamente, tratou-se sobre a organização de uma semana de solidariedade continental, da convocação de uma reunião de parlamentares latino-americanos e da reunião constitutiva do Conselho Ibero-americano pró Anistia na Espanha e Portugal.

A reunião acordou as seguintes resoluções:

SEMANA DE SOLIDARIEDADE CONTINENTAL

Tendo presente a disposição da II Conferência Latino-americana pró Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal, no sentido de organizar uma Semana de Solidariedade;

A necessidade de que esta contribua à mobilização das mais amplas camadas da população da América e de suas diferentes organizações culturais, educacionais, estudantis, sindicais, etc.;

A conveniência de que sua realização sirva para apoiar as gestões iniciadas, a fim de lograr que o problema da anistia geral para Espanha e Portugal seja debatido nas Nações Unidas;

A Comissão Executiva Permanente Latino-americana pró Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal

RESOLVE

1) Fixar os dias 11 a 16 de setembro de 1961 para a realização da Semana da Solidariedade.

2) Emitir um chamado aos povos e às organizações da América Latina, subscrito por suas mais distintas personalidades, convocando-lhes à realização de dita Semana, em cada um dos seus países.

3) Encarregar à Mesa Executiva a organização das viagens que considerar convenientes, a fim de impulsionar esta Semana.

4) Recomendar as seguintes medidas básicas, que poderão ser ampliadas ou adaptadas às características de cada país:

CONFERÊNCIA EUROPEIA PARA A ANISTIA EM ESPANHA

Reunião do Sec. Geral Bruxelas

Reuniu-se, em Bruxelas, nos dias 29 e 30 de abril último, o Secretariado Geral no salão de conferências do Hotel Atlanta, sob a presidência do prof. Leon Halkin, da Universidade de Liège e presidente do Comitê Executivo Belga, com o comparecimento de delegados de diversos países. O dr. A. de Oliveira, eleito na Conferência de Paris, de 26 de março findo, membro permanente do Comitê Executivo português, em nome dos portugueses residentes na América Latina. (os outros dois membros são o prof. Emilio Guerrero e o escritor Santana Dionísio), fez-se representar.

Na ordem do dia:

- 1) Exame do orçamento;
- 2) Execução das decisões tomadas na reunião de Paris;
- 3) Relações com a emigração espanhola.

O prof. Michel Schuwer, da França, apresentou inicialmente a relação das receitas durante os primeiros seis meses de atividades do Secretariado da Conferência.

Despesas:

Outubro, 1960	NF 3.790.12
Novembro, 1960	NF 3.352.40
Dezembro, 1960	NF 3.932.56
Janeiro, 1961	NF 5.606.56
Fevereiro, 1961	NF 8.345.40
Março, 1961	NF 25.426.30
	NF 50.453.34

As despesas da Conferência montaram a NF 27.307.90 e o total geral das despesas, a 31 de março de 1961, elevam-se portanto a NF 77.761.24.

Esclareceu ainda o prof. Schuwer que até aquela data os subsídios aos diversos comitês nacionais foram da ordem de NF 9.389.60.

Recitas:

1) Venda de 115 litografias de Picasso	NF 46.000.00
2) Donativos diversos	NF 5.870.00
3) Adiantamentos sobre obras de arte, em Londres	NF 11.578.00
Avanços feitos pelo sr. Kahnweiler, "marchand" de pinturas e da pintora Françoise Gillot	NF 25.000.00
	NF 88.448.00

O valor das obras de arte que figurarão na Exposição de Pintura que serão vendidas em Paris e Londres, elevar-se-ão a NF 250.000.00.

Concluindo, o prof. Schuwer chamou a atenção para o fato das despesas de funcionamento do Secretariado Internacional com base nos 6 meses, representarem a elevada importância de NF 8.000.00 por mês.

Estes números são citados em pormenor, para que as listas possam dar uma idéia das despesas a fazer com Conferências dessas, e por conseguinte ajuizar das responsabilidades dos organizadores da Conferência da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos de Portugal.

Sem a colaboração de todos nós, e o sacrifício dos verdadeiros patriotas portugueses espalhados pelo mundo, a nossa Conferência não poderia ser realizada, hipotese que nos recusamos a admitir por um minuto que seja. **CONTRIBUAM TODOS. PORTANTO, DESDE JA' E NO MAXIMO DAS POSSIBILIDADES DE CADA. AS VITIMAS DO FASCISMO SALAZARISTA PRECISAM DO NOSSO AUXILIO.**

Seguidamente foram tratadas as questões referentes à execução prática das medidas tomadas em Paris, já por nós publicadas no Boletim e nomeadas as comissões que as porão em prática imediatamente.

No segundo dia de reunião, a presidência coube ao Abade Glasberg havendo sido deliberada a realização de uma Semana Pro-Anistia, em cada país representado na Conferência de Paris, e campanhas de esclarecimento junto aos meios operários, estudantis e intelectuais. A Semana Pro-Anistia deverá ser durante o mês de novembro de 1961.

A próxima reunião deverá ser realizada em Zurique, na Suíça, em data a fixar proximamente.

N.R. — Para esclarecimento dos interessados, o NF (Franco Novo) equivale a cerca de Cr\$ 55.00, no dia 15 de julho do ano em curso.

Personalidades Europeias a favor da Anistia em Portugal

A Declaração sobre Portugal, que publicamos seguidamente, foi assinada por vários dos delegados à Conferência Europeia de Oslo, de 9-11 de junho de 1961. Esta Conferência tinha como tema os problemas da Paz na Europa. A Declaração que segue foi assinada não como uma resolução da Conferência, mas por delegados a título individual. O Declaração foi obtida devido à participação de uma delegação portuguesa na Conferência. As intervenções dessa delegação insistindo na importância do caso português para a Paz na Europa e no Mundo, às conversas individuais tidas pela Delegação com vários dos outros participantes, com a imprensa, etc. É de sublinhar que dias depois da Conferência o jornal "Politiken", da Dinamarca, publicava um editorial CONTRA A PRESENÇA DE PORTUGAL NA NATO ENQUANTO DURASSE A GUERRA EM ANGOLA. Já antes da Conferência, pouco antes, um jornal norueguês "Dagbladet", a 9 de junho, publicara um editorial no mesmo sentido. Tanto um como outro são jornais moderados. Poucos dias depois da Conferência o Governo Norueguês resolvia proibir a exportação de armas para Portugal "enquanto durasse a guerra colonial em Angola".

Declaração

"Os acontecimentos recentes trouxeram à crua luz a política de violenta repressão praticada pelo atual Governo Português durante o isolamento longo, deliberado e forçado deste país

em relação aos outros povos da Europa. Esta política coloca um obstáculo adicional no caminho do (desengajamento) na Europa e da Paz no mundo. Além disso, aqueles que em Portugal procuram promover a amizade e relações pacíficas com todos os povos, e tomam posição contra a guerra em Angola, são sujeitos a perseguição.

"Portanto nós abaixo-assinados, que tomamos parte na Conferência Europeia de 1961, sentimos ser urgentemente necessário tornar a situação em Portugal melhor, conhecida na Europa, e consideramos ser nosso dever como Europeus declarar a nossa solidariedade para com o povo Português que sofre há tanto tempo. Para este fim damos o nosso apoio à idéia da realização de uma Conferência da Europa Ocidental por uma Anistia para os Presos Políticos Portugueses".

Barão Antoine ALLARD — Bélgica; AURELL, Tage — Escritor, Suécia; BEHRISCH, Arno — Deputado (Partido Social-Democrata), Republica Federal Alemã; Madame BLUME, Isabelle — Bélgica; BONNEVIE, Carl — Antigo Presidente do Tribunal de Relação de Eidsivating, Noruega; BUTTITA, Ignacio — Poeta, Itália; DALLAMANO, Piero — Jorn., Itália; DESPOTO, POULOS, C. — Deputado, Grécia; DEHN, Heinz — Comerciante, Republica Federal Alemã; DRIEBERG, Tom — Deputado Trabalhista, Reino Unido; ECKELL-JESSEN, A. P. — Numismata, Republica Federal Alemã; Madame FARGE, Yves — França; Madame Klara FASSBINDER — Professora de Teologia, Republica Federal Alemã; HORNER, John — Secretário Sindical, Reino Unido; LAVERGNE, Bernard — Professor Honorário da Faculdade de Direito de Paris, França; LOUS-MOHR, Marie — Professora (Cand. Mag.); LUZZATTO, Lucio M. — Deputado (Socialista), Itália; Georg NORREGARD, Historiador, Copenhague; MILLER, Henry — Estudante (Oxford), Reino Unido; ROGNON, R. — Pastor Protestante, França; SANDBECK, Hans Christian — Professor de Engenharia, Noruega; SCOTTI, Fernando — Senador (Comunista), Itália; SKANTZE, Skinna — Professora, Suécia; SMITH, Kirsten — Professora, Noruega; SPANGBERG, August — Deputado (Partido Social-Democrata), Suécia; SVAHNSTRM, Bertil — Editor, Suécia; TYRRI, Jouko — Escritor, Finlândia; VOGT, Johan — Professor de Economia, Univ. Oslo, Noruega; VE, RONESI, Giorgio — Vice-Presidente da Assembléia Nacional dos Agricultores, Itália; VILLARD, A. — Secretário, Suíça; WEBER, Josef — Editor, Republica Federal Alemã; WIDMAIER, Georg — Escritor, Republica Federal Alemã; YAN — Escultor, Dinamarca; ZILLIACUS, K. — Deputado (Trabalhista), Reino Unido.

Pag. 2

Tres importantes jornadas pro-anistia aos presos e exilados politicos da Espanha e Portugal

ALESTRA DE GERMINAL FEIJÓ NO CENTRO REPUBLICANO PORTUGUES

Apresentado pelo Eng. Ricca Gonçalves, o ilustre deputado socialista que participou, como delegado brasileiro, na reunião da Comissão Executiva Permanente do Movimento Latino Americano Pró Anistia aos Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal, recentemente realizada em Buenos Aires, trouxe a debate no Centro Republicano as resoluções adotadas naquela reunião e que publicamos noutra local desta edição.

Germinal Feijó, descendente de portugueses e espanhóis, justificou a sua entusiástica adesão ao Movimento Pró Anistia dizendo: "como democrata brasileiro, entendo ser meu dever lutar contra os inimigos da liberdade e pela dignificação da pessoa humana". Exortando os portugueses democratas a reforçarem a sua unidade e apelo para todos os homens e mulheres brasileiros a aderirem ao "movimento que visa libertar milhares de seres humanos vítimas da mais brutal e cruel injustiça", concluiu: "O Movimento Pró Anistia tem uma força irresistível. A paz e a alegria voltarão em breve aos lares portugueses e espanhóis. — a anistia para os presos e exilados politicos será conquistada."

REUNIÃO NA UNIAO BRASILEIRA DE ESCRITORES

Com a participação de destacadas personalidades ligadas ao Movimento Brasileiro Pró Anistia — Vice-Prefeito de São Paulo, Sr. Freitas Noronha, Deputados Federais Milton Reis e Salvador Lossaco, Deputados Estaduais Germinal Feijó, Luciano Lepera e Miguel Jorge Nicolau, escritor Caio Prado, Dr. Manuel Carneiro (em representação do PSB), delegado do Centro Acadêmico XI de Agosto, delegações do Rio Grande do Sul e Guanabara, representantes das organizações democráticas portuguesas e espanholas realizou-se, na União Brasileira de Escritores, importante reu-

nião da Comissão Coordenadora.

Presidiu o poeta Rolando Roque, que representava o escritor Sergio Millet, presidente da Comissão, cabendo à Secretária Geral do Movimento, Dra. Dolores de Mello Vassão, a orientação dos trabalhos.

DELEGACAO BRASILEIRA A CONFERENCIA DE PARLAMENTARES

Intervieram os deputados Salvador Lossaco e Milton Reis que anunciaram terem aceitado participar da delegação brasileira à Conferência de Parlamentares os senadores Fausto Cabral e Nogueira da Gama, os deputados federais Celso Brandt, Clidenor de Freitas, Gonçalves da Silva, José Menk, José Raimundo e Silvio Braga.

Por proposta do vereador Alberto Scheretter, que integrava a delegação do Rio Grande do Sul, foi aprovada a constituição de uma comissão de parlamentares paulistas que coordenará os trabalhos para levar a Santiago do Chile numerosa e representativa delegação brasileira.

AMPLIASE A COMISSÃO COORDENADORA

Foram eleitos por aclamação para a Comissão Coordenadora os deputados Germinal Feijó, Lucia, no Lepera e Miguel Jorge Nicolau. O valioso apoio dado ao movimento Pró Anistia pelos três representantes do povo paulista foi enaltecido, tendo sido encerrada a reunião depois de emigrados espanhóis e portugueses terem agradecido a calorosa solidariedade brasileira aos seus irmãos encarcerados.

ATO PUBLICO NO CENTRO DEMOCRATICO ESPANHOL

O entusiasmo de centenas de democratas espanhóis, brasileiros e portugueses, reunidos no Centro Democrático Espanhol, foi mais uma jornada de solidariedade ativa a quantos jazem nas masmorras de Franco e Salazar.

Calorosamente aplaudidos falaram os deputados Salvador Lossaco, Germinal Feijó e Milton Reis; o poeta Rolando Roque, que recitou poemas de Marcos Ana; Dr. Valério Konder, que representava o Embaixador Alvaro Lins.

O Dr. Manuel Sertório, em nome do Centro Republicano Português, salientou as lutas do povo português pela anistia e denunciou a existência de mais de um milhão de patriotas presos nas cadeias do continente e nos campos de concentração das colônias portuguesas.

O ato foi encerrado pelo presidente do Centro Democrático Espanhol que fez um veemente apelo à unidade dos espanhóis para a conquista da anistia.

Pag. 4

- Intercambiar personalidades parlamentares, artísticas, culturais, etc., para ajudar à realização da Semana nos diferentes países.
- Enviar comunicações à ONU, apoiando a solicitude efetuada pela C.E.P.L.
- Dirigir-se aos governos da Espanha e Portugal com o mesmo fim.
- Entrevistar os Presidentes de cada país para interessá-los a respeito.
- Recolher a solidariedade material com os presos e suas famílias.
- Realizar exposições de pintura, edições especiais, mobilizações operárias, atos, debates, conferências e toda outra iniciativa que permita a expressão de cada setor social com seus caracteres próprios.
- Estender ao máximo o labor de organização e propaganda, que permita o feliz término desta jornada.
- Sugerir, como passo prévio à Semana, a celebração do 25.º aniversário da morte do poeta espanhol, Federico García Lorca e como passo posterior, a do 12 de Outubro, como dia da Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal.

REUNIÃO DE PARLAMENTARES LATINO-AMERICANOS

A Comissão Executiva Permanente Latino-americana pró Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal

RESOLVE

- Realizar, em Santiago do Chile, de 18 a 20 de Agosto de 1961, uma Reunião Latino-americana de Parlamentares.
- Encarecer, se possível, a representação em dita reunião das diferentes Câmaras (federais, estaduais) de Senadores e Deputados, através da totalidade dos setores que as integram.
- Emitir, uma chamada-convocação, que será assinada por legisladores da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai e remetida a todos os países latino-americanos.
- Encomendar à Organização chilena pró Anistia instalar uma Comissão Organizadora Parlamentar que, com a colaboração da G.E.L.P., se encarregue de tudo o relativo à preparação e realização prática de dita reunião.
- Recomendar a organização, em cada país, de Comitês Patrocinadores, integrados por parlamentares.

CONSELHO IBERO-AMERICANO

A Comissão Executiva Permanente Latino-americana pró Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal

RESOLVE

- Citar, o 17 de Agosto de 1961, na cidade de Santiago do Chile, a reunião constitutiva do Conselho Ibero-americano pró Anistia na Espanha e Portugal.

Pag. 7

Visita de Gambardella

Em meados de julho, visitou, os jornais de S. Paulo, tendo encontrado em todos eles o melhor acolhimento e receptividade para os problemas expostos o deputado jornalista uruguaio Luís Alberto Gambardella que se encontra em São Paulo na qualidade de presidente da Comissão Latino-Americana Pró-Anistia de Presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal, a fim de coordenar os trabalhos preparatórios da realização da Conferência de parlamentares, a realizar-se brevemente, em Santiago do Chile. Acompanhavam-no os srs. Venancio Poppe, Benigno Arraiza e Joaquim Duarte Baptista, também ligados à iniciativa.

Trabalhos preparatorios da Conferencia

AOS LEITORES

Num próximo Boletim já deveremos poder indicar aos interessados o endereço da COMISSÃO DE TRABALHOS, na França, que centralizará através de seu Secretariado, tudo quanto se refira à CONFERENCIA PARA A ANISTIA EM PORTUGAL.

Entretanto, a ligação entre os diversos representantes de PORTUGAL DEMOCRÁTICO no Exterior, que estejam simultaneamente interessados em colaborar ativamente para o êxito dessa Conferência coligando dados sobre a repressão em Portugal, ou preparando teses sobre o problema, que serão lidas pelas delegações de portugueses à referida CONFERENCIA, está sendo feita, provisoriamente, através da SECRETARIA DO MOVIMENTO PRÓ-ANISTIA, DELEGAÇÃO DE S. PAULO aos cuidados do nosso jornal. Assim sendo, toda a correspondência deve portanto, e até nova indicação, ser endereçada como segue: C.M. de Araujo — Serviços de Imprensa e Divulgação (Exterior) — SECRETARIA DO MOVIMENTO PRÓ-ANISTIA EM PORTUGAL, DELEGAÇÃO DE S. PAULO, a/c PORTUGAL DEMOCRÁTICO, Caixa Postal 4.469 — SÃO PAULO, Brasil.

NO RIO DE JANEIRO

Ato de Solidariedade aos Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal

Na qualidade de presidente do Centro Republicano Português de São Paulo, e de presidente de honra da Comissão de Redação do jornal PORTUGAL DEMOCRÁTICO, o capitão João Sarmento Pimentel enviou ao jornalista dr. Paulo de Castro, nosso companheiro de redação, o seguinte telegrama:

"Rogamos representar, Centro Republicano e PORTUGAL DEMOCRÁTICO reunião hoje ABI comemoração 14 Julho solidariedade presos emigrados politicos portugueses espanhóis Stop

Favor agradecer Embaixador Alvaro Lins quanto tem feito causa Democracia e Liberdade Portugal Stop

Só motivo doença minha esposa impediu eu comparecer essa magnífica manifestação solidariedade todos perseguidos ditaduras Stop

Pedimos abraço fraterno para ilustres brasileiros nos acompanham triste e ingloria provação uma guerra Africa sem outra finalidade que aquela manter mais algum tempo governo sinistro Salazar, Sarmento Pimentel".



Pag. 5

Movimento pro-anistia em Portugal

É com satisfação que registamos o oferecimento do "CANADIAN PORTUGUESE DEMOCRATIC COMMITTEE", 40, Emerald Cres. Toronto, 14, CANADÁ, de colaborar conosco para que se concretize a realização da Conferência da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos de Portugal, ainda este ano.

Esse Comitê diz-nos seu Secretário de Relações Internacionais, Firmino de Oliveira, está fazendo um trabalho de esclarecimento da opinião pública canadense, através de um Boletim informativo, (que achamos muito valioso e bem documentado), sobre a situação vigente em Portugal, e os crimes do salazarismo.

Por conseguinte, além dos Comitês indicados no primeiro numero do nosso Boletim (separata do PORTUGAL DEMOCRÁTICO, de junho passado) o "Canadian Portuguese Democratic Committee" está igualmente preparando material a ser presente à referida Conferência da Europa Ocidental, para que sua realização seja coroada do maior êxito, e possa, assim, contribuir para a anistia dos nossos irmãos de luta, presos nas cadeias da PIDE há longos anos.

Justiça Salazarista

DUAS CONDENAÇÕES DO TRIBUNAL PLENÁRIO

LISBOA — JULHO.

No Tribunal Plenário, reunido sob a presidência, como habitualmente, do desembargador dr. Silva Caldeiro, responderam o dr. Orlando Lindim Ramos, de 40 anos, médico, natural do Bombaral, e D. Candida Margarida Ventura, de 41 anos, de Lourenço Marques, ambos acusados de atividades subversivas e defendidos, respectivamente, pelos srs. drs. Luís Azevedo e Arlindo Vicente.

O dr. Orlando Ramos foi condenado em quatro anos de prisão maior e D. Candida Ventura, em cinco anos de prisão maior, sendo ainda aplicados, a cada um, medidas de segurança, prorrogáveis, de seis meses a três anos, 1.000 escudos de imposto de justiça e perda de direitos políticos por quinze anos.

Pag. 4

Conferencia Europeia 1961

Durante a referida Conferência, realizada em Oslo de 9 a 11 de junho passado, a Delegação Portuguesa fez o seguinte discurso, do qual resultou a nova DECLARAÇÃO DE APOIO À CONFERÊNCIA PARA A ANISTIA EM PORTUGAL, que publicamos, hoje, também, no nosso Boletim.

Somos três portugueses, hoje, aqui.

Preferiríamos que aqui estivessem pessoas mais representativas, como por exemplo a senhora Lamas, os professores Ruy Gomes, Saraiva, Valadares — todos eles personalidades eminentes do Movimento pela Paz. Todavia, dificuldades de diversa ordem impediram sua comparecência. Trazemos as saudações deles e de muitos outros portugueses que buscam, como nós a Paz. Nós os representamos e em certa medida poderíamos dizer que nós também representamos o Portugal do futuro, quem sabe do futuro próximo.

Há muitas razões para que estejamos aqui. Primeiro esta é uma Conferência Europeia. E, Portugal faz parte da Europa. Viemos aqui para vos lembrar disso, para que não vos esqueçais disso. Há muitos séculos que o nosso povo tem ficado para trás das principais correntes, culturais, religiosas, económicas e políticas da Europa. Mas agora, e durante os últimos 34 anos, os círculos dirigentes de Portugal vêm seguindo a política de isolamento sistemático e forçado do nosso povo do resto da Europa — quer da Ocidental quer da Oriental.

Esse isolamento provocou em nós portugueses uma grande avidez, uma grande sede de livre intercâmbio cultural, de contactos humanos de estabelecimento de laços de amizade com todos os povos, e nos estamos aqui para discutir a paz e a coexistência pacífica. Mas o isolamento da nação portuguesa — com Franco numa das suas duas fronteiras e o oceano na outra — é não só o grave problema humano, mas também um grande obstáculo ao desenvolvimento de relações pacíficas da Europa. VIEMOS A ESTA CONFERENCIA PARA QUE NAS SUAS RESOLUÇÕES SEJA MENCIONADO QUE O ISOLAMENTO CONTINUO DO POVO PORTUGUES E DO POVO ESPANHOL É UMA BARREIRA AO NÃO ENVOLVIMENTO E A PAZ DA EUROPA.

É claro que não estamos aqui para nos intrometermos nos assuntos internos de qualquer nação. A coexistência pacífica pressupõe e implica exatamente diferentes sistemas políticos em diferentes nações, diferentes conceitos de democracia. Todavia o que não pressupõe é a sobrevivência anárquica dos regimes fascistas de Portugal e da Espanha, depois da derrota de seus protetores, Hitler e Mussolini, 15 anos depois dessa derrota e em consequência da guerra fria.

Nos diferentes tipos de governos democráticos, muitos fatores e tendências são favoráveis a paz. A opinião pública pode e a realidade se exprime fortemente em defesa da paz. O mesmo já não pode acontecer, todavia, no regime fascista — suas ideologias são militaristas, imperialistas, o poder está nas mãos dos círculos mais agressivos, a opinião pública é esmagada. As guerras geram o fascismo, o fascismo gera a guerra.

E apenas quando nós analisais a situação em Portugal desse ponto de vista que nós podemos avaliar exatamente e compreender o que está agora acontecendo em Angola: a política irracional, criminosa do governo do dr. Salazar, assassinando dezenas e milhares de patriotas africanos e levando pela força a morte, numa guerra injusta milhares de jovens portugueses.

No próprio Portugal há um subitô agravamento de condições — a simples palavra paz é subversiva, a referência a Carta das Nações Unidas é subversiva também. Pessoas estão na cadeia por a ela se terem referido numa conferência de imprensa e por terem protestado contra a repressão em Angola: os advogados Acácio de Gouveia, Mario Soares, Gustavo Soromenha. A censura é mais severa do que

nunca e os jornais são obrigados a apresentar aos seus leitores uma visão completamente distorcida do mundo exterior.

Não pensem todavia que a nossa luta pela paz cessou. Pelo contrário ela continua apesar das tremendas dificuldades — e se a opinião pública internacional estiver do nosso lado, essa luta tornar-se-á mais forte do que nunca.

Atualmente há já jovens soldados e oficiais na prisão por se haverem recusado a partir para uma guerra criminosa contra seus irmãos africanos. Outros jovens foram obrigados a sair de Portugal e trem para o exterior pelas mesmas razões. O povo português não tem razão para queixar-se da luta do povo angolano pela sua libertação — na realidade nós estamos lutando lutas independentes contra um inimigo comum.

Estamos chamando a vossa atenção para a guerra de Angola porque ela está diretamente ligada à situação em Portugal e na Europa.

A Alemanha está no centro da Europa e o problema alemão está no centro dos problemas europeus. O mesmo acontece no que se refere a Portugal e Angola. O governo Português está jogando sua existência na guerra em Angola, o mesmo que dizer na continuação da guerra fria e da corrida aos armamentos. Como poderia, de outra forma, ter o governo do dr. Salazar as armas necessárias para oprimir o povo português e os povos africanos?

O dr. Salazar está voltando suas vistas mais e mais para o governo do dr. Adenauer para esse fim. O sr. Strauss esteve em Portugal no ano passado, em visita para discutir a instalação de bases militares alemãs em território português (e o dr. Salazar gostaria também que significasse Angola). O ministro da Defesa português foi pessoalmente à República Federal Alemã para comprar armamentos. Recentemente o ministro de Finanças alemão, Erhard, visitou Portugal para discutir o auxílio financeiro que o dr. Salazar precisa agora para a sua guerra, em compensação com facilidades para investimentos alemães em Portugal e na Africa. (É bastante curioso que Lord Home, tenha decidido também fazer uma visita a Portugal pouco depois daquela).

Assim o dr. Salazar, a fim de manter por mais algum tempo ainda Angola como colônia, estaria disposto a fazer do próprio Portugal uma outra colônia — uma fonte subdesenvolvida de mão-de-obra e matérias primas baratas — para a "Europa" dos grandes trustes.

Isso nos leva a uma conclusão. Na estratégia da guerra fria, a Península Ibérica tem sido há muito tempo considerada um reservatório pelos círculos mais agressivos da Europa (agora secretamente para os "ultras" e "conspiradores" franceses). Tem sido considerada uma retaguarda segura na correlação política forças.

Todavia chegou o tempo para que o vento da mudança sopra na própria Península. O povo português, é Oposição portuguesa — da direita à esquerda, católicos liberais, operários, intelectuais, — nada têm a recear da coexistência pacífica. Ela é um dos caminhos que conduzem a nossa libertação.

Por outro lado — quando o dia chegar, em breve esperamos, para que o nosso povo possa fazer sua voz ser ouvida em problemas internacionais, isso em si mesmo será um poderoso fator na ajuda do desenvolvimento contínuo do não envolvimento e da paz na Europa. Os povos Ibéricos serão então finalmente incluídos no lado do progresso e da compreensão entre todos os povos da Europa.

«Brigam as Comadres»

M. REIS

(Cont. do n.º 48)

Por outro lado, é nosso dever desmascarar o tal "Conselho da Comunidade Portuguesa de São Paulo", que foi fundado sob a orientação do cônsul João Pereira, unicamente para fins políticos, tendo arrastado em princípio alguns bem intencionados, que viam na organização desse "Conselho" uma forma de reunir à sua volta toda a Comunidade Lusa da Capital Bandeirante, que vive totalmente dispersa, chamando a si os melhores elementos da Comunidade, sem procurar saber das suas idéias políticas, ou dos seus atos fora do "Conselho", apenas seria levado em consideração o seu patriotismo, a sua inteligência e a sua capacidade realizadora, assim como todas, mas todas, as coletividades portuguesas e luso-brasileiras, com um programa de realizações que projetasse Portugal no Brasil e impusesse de vez o prestígio dos portugueses que vivem nesta grande Nação irmã. — Infelizmente tudo caminhou errado, e assim tinha de acontecer, pelo sofisma inicial do seu João Pereira, que teve em mira apenas os seus fins políticos. Foram escolhidos inicialmente para o "Conselho" elementos salazaristas, e alguns que não eram simpatizantes, foram habilmente afastados, e uma parte apenas das nossas associações, porque nem todas fazem parte do referido "Conselho" e entre elas a Casa de Portugal, que em tempo prévio e bem, o que viria a ser o "Conselho da Comunidade", assim este organismo é hoje dirigido pelas mesmas nulidades, que apenas procuram projetar-se através de um cargo e em especial, agradar e servir ao Brasil o regime salazarista, esquecendo que acima de Salazar, existe Portugal e o povo português.

Por vezes esses "nobres" senhores têm gestos e rasgos de generosidade, quando o seu nome possa brilhar publicamente e as suas dadas tenham ressonância jornalística na imprensa salazarista do Brasil, porque, quando alguém precisa de uma ajuda ou auxílio, isoladamente, eles se negam e por vezes até tratam mal, quem se lhes dirige, exceptuando o Comendador Pereira Queiroz, que é o único salazarista, que estende a mão aos que necessitam, sem alardes e propaganda, e aqui temos muito prazer em lhe prestar essa justiça. Há na trempezinha um elemento que publicamente oferece em seu nome, por vezes quantias elevadas, mas depois do respectivo pagamento da coletividade de que é diretor, assim faz figura à custa dos outros; outro só pede, mas raras vezes dá!

Alguns iludidos e esperançosos ainda ali continuam, na expectativa de ver realizações, mas em breve estarão completamente desinteressados, quando verificarem que o tal "Conselho" tem apenas o único fim de projetar nomes e servir a Salazar.

Recentemente o tal "Conselho" realizou a sua Assembléia Geral, para eleger a Diretoria, foram criados nada menos de que 16 cargos, com 4 vice-presidentes e 7 diretores sem especificação de cargo, além de 2 secretários e 2 tesoureiros. É evidente que foram criados tantos cargos quantos os indivíduos que era preciso projetar e candidatar-se às comendas, os mesmos mais ou menos que atuaram nas manifestações salazaristas, e foram muito bem peneirados, para não existir a introdução de qualquer português, ainda que competente, mas que não fosse crente no Deus Salazar. — A primeira atividade dessa Diretoria, foi exatamente um ato político salazarista: "a encadernação de todos os discursos de Salazar para várias ofertas" e muita gente ingenuamente pensou que o primeiro ato desse tal "Conselho" fosse a impressão de uma cartilha sobre a História de Portugal, para ser distribuída por toda a mocidade escolar brasileira, especialmente na parte que diz respeito à descoberta do Brasil e sua colonização, assim como à expansão de Portugal no Mundo. — Pura e triste ilusão!

(A seguir)

Em Lisboa

Faleceu João Pedro dos Santos



Faleceu em Lisboa, no dia 24 de maio ultimo, João Pedro dos Santos.

Mais um amigo querido e delicado que desaparece: João Pedro dos Santos, membro do Conselho Fiscal da "Editorial República", sociedade proprietária do jornal REPUBLICA, de Lisboa. Era um grande e dedicado democrata que tudo ofereceu à República, por ela se tendo sacrificado devotadamente. A República e a Democracia vivam-lhe no sangue.

João Pedro dos Santos, contava 68 anos e era casado com a sra. D. Sofia Santos.

Natural de Évora, onde nasceu em 7 de agosto de 1892, veio muito novo para Lisboa, desempenhando já na altura, um cargo de responsabilidade na Junta de Crédito Agrícola.

Espírito vivo e inteligente, o seu interesse pelas coisas da cultura aliado a um grande idealismo e combatividade, em breve o tornaram notado nos meios republicanos, sendo chamado para desempenhar altos cargos no regime. Aderiu ao Partido Republicano Português, onde desenvolveu ação de relevo nas comissões políticas, até ao momento em que, acompanhando o seu amigo dr. José Domingues dos Santos no desacordo que se gerou sobre a orientação política, económica e social a imprimir àquela organização, transitou para o Partido da Esquerda Democrática, de que foi um dos fundadores e mais entusiastas militantes.

Quando o dr. José Domingues dos Santos assumiu a presidência do Ministério, João Pedro dos Santos foi chamado a desempenhar as funções de Chefe de Gabinete. Em 1925 exerceu durante algum tempo, as funções de comissário da Polícia de Segurança Pública do Estado e, mais tarde, foi alto funcionário do Ministério do Trabalho, cargo que ocupou até 28 de Maio de 1926.

Possuidor de altas qualidades morais e espirituais, a sua abnegação e coerência em relação aos princípios a que aderiu muito jovem e durante a vida fora soube honrar, independentemente de todas as contrariedades e sacrifícios, aliados a uma simplicidade de trato e grande simpatia, fizeram de João Pedro dos Santos uma figura muito admirada e respeitada nos meios republicanos.

O nosso querido amigo usufruiu também grande popularidade nos Centros Republicanos de que foi sempre um elemento dinâmico e impulsionador.

À família e ao jornal REPUBLICA, o Centro Republicano Português, de S. Paulo, pelo seu presidente João Sarmiento Pimentel, enviou um telegrama de pésames, a ele se associando também o Comité de Intelectuais Pró-Liberdade de Expressão em Portugal e ainda o nosso jornal, que teve em João Pedro dos Santos, um amigo cadavérico.

Campanha e Fundos do Portugal Democrático

Como assinalamos no nosso último numero, a Campanha de fundos encontrou já, da parte de alguns amigos, o melhor acolhimento e compreensão.

Entretanto, há que prestar contas da situação financeira par que todos tenham consciência das dificuldades a superar e, consequentemente, todos sintam a obrigação de colaborar nas medidas decisivas que se impõem.

Desde há muitos meses que PORTUGAL DEMOCRÁTICO tem uma vida financeira precária. Os déficits sucedem-se:

ABRIL	Cr\$ 34.873,00
MAIO	Cr\$ 5.954,00
JUNHO	Cr\$ 11.990,60

Em maio, mercê das medidas tomadas (aumento do preço das assinaturas, circular a todos os cor-religionários apelando para atualizarem suas contribuições, etc.) foi possível reduzir o déficit. Porém, em junho volta a aumentar e, se a este último saldo negativo acrescentarmos os gastos com o próximo número, verifica-se que o déficit aumentará consideravelmente e não se dispõe de fundos em caixa para as despesas principais (tipografia, distribuição, expedição), que ocorrem no início do mês. E com o grande aumento das tarifas postais a partir de 1.º de agosto, esse déficit agravar-se-á ainda mais.

É para esta situação difícil que chamamos a atenção de todos os nossos amigos. PORTUGAL DEMOCRÁTICO precisa da ajuda imediata de todos para eliminar, definitivamente, o déficit crónico e constituir um fundo de maneo que permita satisfazer os encargos que se vencem no início de cada mês. PORTUGAL DEMOCRÁTICO necessita, até ao final de agosto, de TREZENTOS CONTOS.

O Conselho de Administração apela a todos os contribuintes, assinantes e leitores, a todos os democratas para que colaborem na CAMPANHA DE FUNDOS DO PORTUGAL DEMOCRÁTICO contribuindo extraordinariamente para a regularização da presente situação.

A lista que abaixo se publica muitos outros nomes devem juntar-se.

No momento em que as forças patrióticas se propõem levantar em massa o Povo de Portugal para escorraçar a tirania fascista, PORTUGAL DEMOCRÁTICO, como órgão da Oposição democrática do exterior, tem grandiosas e inadiáveis tarefas a cumprir.

O Conselho de Administração a todos responsabiliza pela angariação de recursos financeiros que permitam o cumprimento das tarefas que incumbem a PORTUGAL DEMOCRÁTICO, vale dizer, as tarefas que exprimem os interesses e anseios de todos os portugueses honrados: A LIBERTAÇÃO DO POVO DE PORTUGAL.

LISTA DE CONTRIBUINTES PARA A CAMPANHA DE TREZENTOS CONTOS

	Cr\$
Antonio Gonçalves	10.000,0
Diversos	4.500,00
Lenine Alexandre	1.000,00
Fernando S. Ramos	1.000,00
José Mario S. Bodas	1.000,00
José da Rosa	1.000,00
Uma tripeira	1.000,00
Maria Archer	1.000,00
Julio Gonçalves	1.000,00
Alma Lusa	2.000,00
Manuel Moura	5.000,00
Carlos Cruz	10.000,0
Ricca Gonçalves	5.000,0
Joaquim Duarte Baptista	40.000,0
Azevedense	10.000,0

Pronunciamento de portugueses exilados no Brasil

Recebemos do sr. capitão João Sarmento Pimentel, como primeiro signatário, o seguinte documento "redigido e subscrito por personalidades portuguesas exiladas no Brasil há longa data", que constitui um parecer e uma contribuição para a concretização de alguns dos pontos focalizados no "Plano de Democratização da República", recentemente divulgado em Portugal, conforme noticiamos na oportunidade.

O original daquele documento foi remetido, em quatro vias, aos srs. drs. Mario de Azevedo Gomes, Manuel João da Palma Carlos, Antonio Cortezão e João Pedro dos Santos. Informou-nos, ainda, estar sendo providenciada uma ampla divulgação dele em todo o País, por meio de volantes impressos e remetidos do Brasil para Portugal e colônias.

Portugueses democratas em exílio no Brasil, conscios do caráter secundário da sua posição em relação à luta que se trava, na metrópole portuguesa, pela libertação da Pátria; tendo em conta o programa-plataforma assinado por 61 personalidades da Oposição interna; mas cientes da responsabilidade que lhes incumbe como personalidades libertas das sujeições trágicas que, em Portugal, impedem de falar claro; e cientes ainda do papel que representam como consciência da Pátria, entendem sua irrestrita obrigação declarar o seguinte:

I — É dever inadiável dos dirigentes da Oposição formular, imediata e sucintamente, as bases mestras da profunda transformação que terá de operar-se na sociedade portuguesa. Transformação que terá de ser, não só política, como econômica e social, e assentar inteiramente na plena soberania e liberdade do Povo português.

II — Nesta conformidade, sugerem que a Oposição se comprometa perante o Povo a:

- 1) — Suprimir a organização fascista do Estado destruindo as bases em que ela assenta: censura, política política, tribunais de exceção, campos de concentração em qualquer ponto do território nacional ou ultramarino, discriminação de qualquer espécie e sob quaisquer formas no exercício das liberdades fundamentais;
- 2) — Transformar progressivamente os organismos corporativos, instrumentos do monopólio econômico, em órgãos de fiscalização democrática das atividades vitais do país;
- 3) — Garantir, em todos os escalões da administração pública, a redemocratização do país, mediante eleições que coloquem, nas mãos dos democratas, as juntas de freguesia, os municípios, os sindicatos;
- 4) — Promover a eleição de uma Assembleia Constituinte, composta por representantes do Povo os quais serão eleitos por sufrágio direto dos cidadãos maiores de idade sem discriminação de raça, sexo, religião, credo político ou grau de instrução, e da qual emanará a nova e digna Carta Magna da Nação, e um Governo Nacional verdadeiramente representativo; e garantir, outrossim, a livre formação e atividade de partidos políticos sem quaisquer discriminações ideológicas.
- 5) — Pôr imediatamente termo à guerra colonial, reconhecendo solenemente o direito dos povos subjugados a disporem livremente dos seus destinos, e salvaguardando outrossim, mediante negociação, e com a garantia internacional, os interesses portugueses, se essa garantia internacional for considerada necessária por qualquer das partes.

- 6) — Reformar a política fiscal vigente, introduzindo um imposto realmente progressivo e que incida especialmente no capital improdutivo;
- 7) — Incentivar por todos os meios a industrialização do país e o pleno aproveitamento de todos os seus recursos: agrários, mineiros, energéticos, fabris, etc.
- 8) — Redemocratizar as Forças Armadas, por forma a que elas se tornem a mais firme garantia de estabilidade da ordem democrática;
- 9) — Denunciar inequivocamente o Pacto Ibérico, que um Governo Democrático poderá negociar em novas bases com uma Espanha democrática, como texto-base da estabilidade política da Península;
- 10) — Declarar a sua fidelidade à Carta das Nações Unidas, aos tratados e acordos internacionais existentes, cuja letra e cujo espírito respeitem inequivocamente a soberania do Povo Português e denunciar imediatamente, considerando-os nulos e sem valor, todos os outros.
- 11) — Realizar uma intensa e vigorosa campanha para a reintegração, na verdade democrática, dos núcleos de portugueses dispersos pelo mundo;
- 12) — Estabelecer as linhas mestras de uma política financeira, reajustando a moeda e fiscalizando a concessão dos mais largos créditos;
- 13) — Firmar todos os contactos necessários à manutenção e ampliação de mercados para os produtos portugueses;
- 14) — Rever, por acordo com o Brasil, o Tratado de Amizade e Consulta, e regulamentá-lo por forma a proteger adequadamente a democracia portuguesa;
- 15) — Remodelar inteiramente, eliminando do serviço ativo todos os elementos notoriamente fascistas, os quadros do pessoal diplomático e consular;
- 16) — Restabelecer o direito de greve, e garantir a todos os portugueses o direito ao trabalho, dignamente remunerado à habitação condigna, à educação; e promover imediatamente a revisão de salários, mediante negociações entre os representantes, livremente escolhidos, dos trabalhadores e das entidades patronais;
- 17) — Redemocratizar integralmente os serviços públicos, demitindo ou aposentando todos os elementos que devem à política do Estado Novo as posições de comando administrativo, e abrindo concurso para o preenchimento das respectivas vagas;

- 18) — Estudar e promover a reforma integral, em todos os escalões e especialidades, do Ensino, começando por eliminar das Universidades todos os que devem as suas cátedras mais à subversão que à competência;
- 19) — Restabelecer a total independência mútua dos poderes executivo, legislativo e judicial, garantindo ao exercício da justiça toda a dignidade de que a privaram decretos iníquos a revogar imediatamente;
- 20) — Reintegrar imediatamente todo o funcionalismo civil ou militar que trinta anos de ditadura privaram dos seus direitos ou da hierarquia que lhes caberia;
- 21) — Abrir inquéritos para a elucidação da opinião pública nacional e internacional acerca dos crimes de várias naturezas cometidos pelos próceres do regime, seus serventários e seus beneficiários;
- 22) — Tornar a Rádio e a Televisão verdadeiramente nacionais, abertas equitativamente à expressão de todas as correntes de opinião;
- 23) — Manter rigorosamente a ordem pública, sem prejuízo do pleno exercício das liberdades fundamentais de associação, reunião e manifestação;
- 24) — Fiscalizar, através de organismos competentes, qualquer criminoso tentativa de fuga de capitais ou de divisas, ou qualquer conspiração bancária que pretenda pôr em perigo a democracia;
- 25) — Prometer solenemente ao Povo português que, em circunstância ou caso algum, entrará em combinações de transição com elementos afetos à situação vigente, comprometendo assim a integridade e a pureza dos ideais democráticos;
- 26) — Jurar que, por todos os meios ao seu alcance e com sacrifício da própria vida, lutará para que jamais a democracia e a liberdade voltem a ser ameaçadas por representantes obsoletos de uma tirania secular, inimigos de um Povo a que não merecem pertencer.

Documentos para a História

Publicamos hoje, na página 4 na seção em epigrafe, iniciada nos primeiros meses deste ano, um documento que recentemente chegou à nossa Redação e cuja importância nos parece desnecessário encarecer.

Trata-se da: **DECLARAÇÃO do Comitê Central do Partido Comunista Português** sobre: "A via para o derrubamento da ditadura fascista e para a conquista da liberdade política".

A importância e a repercussão internacional dessa Declaração pode ser ajuizada pelo fato dela estar sendo também publicada, na íntegra no número de julho da revista liberal "Anhembi" de São Paulo, uma das mais antigas e conceituadas publicações que se dedicam a problemas de sociologia política no Brasil.



Foi extraordinário o êxito do primeiro número de TRIBUNA LIVRE, junto aos portugueses democratas, do Brasil.

Pedimos que os próximos números venham em maior quantidade, para que seja feita a divulgação mais ampla possível, das suas atividades.

O M. A. B. L. A.
alerta a
N. A. T. O.

O Grupo de Trabalho do MABLA, enviou aos embaixadores dos EUA e da Grã-Bretanha no Brasil o seguinte telegrama:

"Tomando conhecimento de que a nucleio principal da Força Aérea Portuguesa, integrado na NATO, por ela equipado e colocado sob o comando da SHAPE, vai ser arbitrariamente desviado das suas funções e transferido para Luanda, afim de participar do massacre do povo angolano, levado a efeito pela ditadura portuguesa, o Movimento Afro-Brasileiro Pro-Libertação de Angola, MABLA, interpretando os sentimentos da nação brasileira, solicita respeitosamente se digne comunicar ao governo de V. Exa. a nossa profunda apreensão, e a esperança que nos anima de que o seu País, na sua própria qualidade de membro da NATO se oponha ao criminoso designio do ditador português".

PALESTRA PRO-ANGOLA

O Movimento Afro-Brasileiro pró-Libertação de Angola promoveu no dia 13 de Julho pp. às 20 horas e 30, na sede da Associação dos Universitários de Santo André, à rua Coronel Oliveira Lima, 279, 2.º andar, uma reunião de esclarecimento sobre "a luta pela libertação de Angola". Participaram da reunião representantes da Frente Negra de Santo André e elementos vinculados ao Centro de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais de Santo André. Falou na ocasião, o angolano Paulo Matos.

GRUPO DE TRABALHO DO MABLA

As pessoas que têm indagado, ao PORTUGAL DEMOCRATICO, a quem devem se dirigir, no MABLA, para assuntos relacionados com o prestigioso Movimento fundado e orientado com entusiasmo dia a dia maior por universitários paulistas, informamos que deverão procurar, na UEE, Rua de Santo Amaro, 608, Telefone 32-2587, apenas os componentes do GRUPO DE TRABALHO DO MABLA que são os seguintes:

João Ziccardi, Silvio Band, Virgínia Maestri, Dora Miari — (Secretária em exercício), Maria Herminia, Paulo Matoso, José M. Gonçalves, Francisco R. de Sousa e Santos, Jacinto P. Fortunato, Délio, Eduardo Vichi, Américo Orlando da Costa, José Alves da Costa, assessores pelo jornalista Miguel U. Rodrigues e pelo eng. Manuel Myre Dóres, representante do nosso jornal junto aquele Movimento.

Endereços de Assinantes

PORTUGAL DEMOCRATICO

Rua Conselheiro Furtado, 191
São Paulo, Brasil
DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura
CONSELHO DE REDAÇÃO
João Sarmento Pimentel
Presidente de Honra
Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena, Manuel Sertório, Paulo de Castro, Vitor Ramos.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Cruz, Carlos Neves, Francisco Lopes, Manuel Ferreira Monra, Silvério da Costa Letra

REPRESENTANTES

RIO DE JANEIRO — SUCURSAL: — Av Rio Branco, 185 — Gr. 509 — Edif. Marquês de Herval — Telefone: 22-9224 — ROMAX IMP. EXP. LTDA.
FORTALEZA: Dr. Carlos d'Alge — Rua Senador Pompeu, 832 — Fortaleza — Ceará
ESTADO DO RIO — Manuel da Costa (Maneca) — Rua da Varzea, 195 - C.P. 114 - Caxias
JUIZ DE FORA: Manuel Augusto Soares d'Oliveira — Rua Marechal Deodoro, 334 — Juiz de Fora (M. G.)

BELO HORIZONTE: Virgolino Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 390 — sala 304 — Caixa Postal 24 — Belo Horizonte — (Minas Gerais)

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas Rio Grande do Sul
PORTO ALEGRE: Fernando Teodoro de Almeida Soares — Edif. Chaves, 12.º, s/1201 — Caixa Postal 2.559 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, nº 1 — Edifício Sulacap, 215 — Salvador (Bahia).
INGLATERRA: Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra (GPDI) 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.

CANADÁ: Comitê dos Portugueses Democratas do Canadá — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá

FRANÇA: Tomás Ferreira Rato, 29 Rue St. André des Arts — Paris, 6.me.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

ARGENTINA — Joaquim dos Santos — Calle de Los Llanos, 1790 — DOCK SUR —

Avellaneda — Buenos Aires
URUGUAI — Agrupação de Portugueses Democratas — Colônia 1.013 — P. 7 — Montevideo

CHECOSLOVÁQUIA: Manuel Nunes — Konevova, 160 — Ziskov — Praha —

UNIÃO SUL-AFRICANA: J. Sarmento — 407, Claridges — 39 Van Der Merwe Street — Hillbrow — Johannesburg — B.P. 3314

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Número avulso: Cr\$ 10,00
Assinatura anual: Cr\$ 300,00
Assinatura especial: Cr\$ 500,00
Ass. p/ o Exterior: U.S. 5,00

Ano V - Nº 51 - Agosto de 1961

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.